

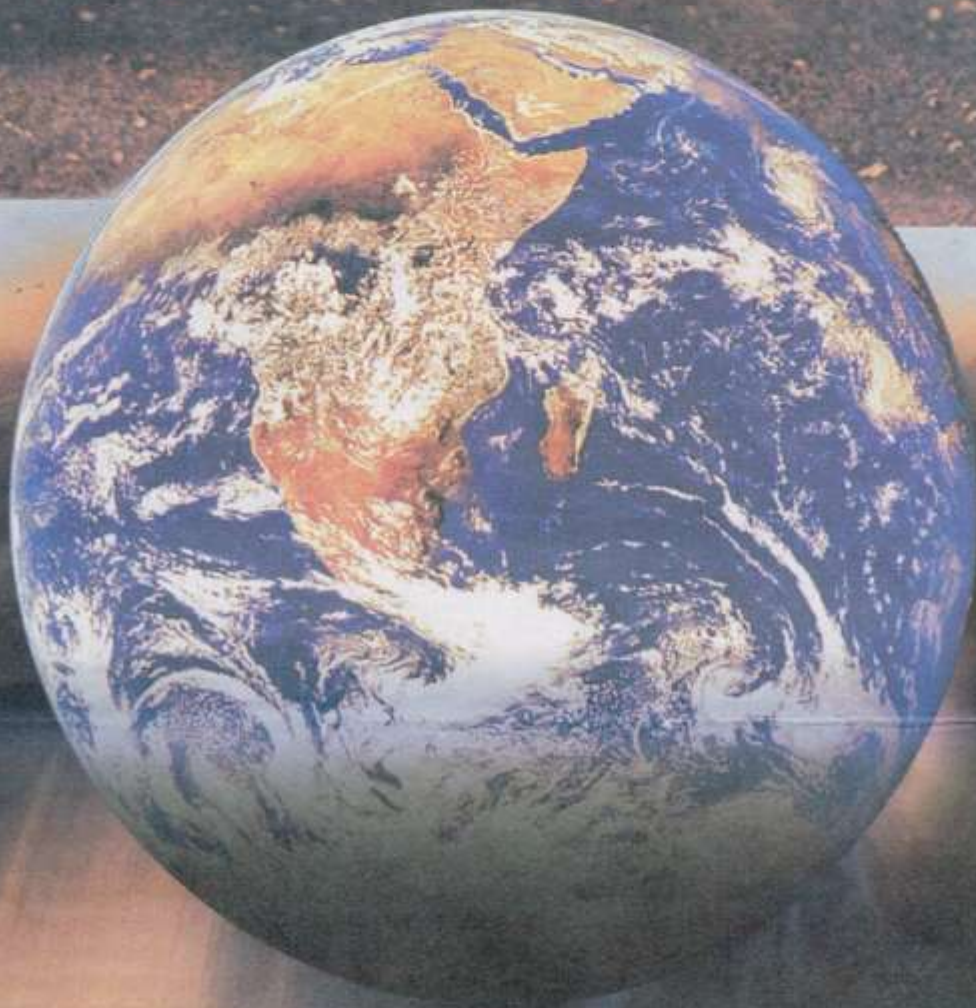
PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Distribuição Gratuita | Janeiro | Nº 4 | 2000

"à mundialização neo-liberal opomos a mundialização das nossas solidariedades"
declaração final dos primeiros encontros mundiais



II ENCONTROS MUNDIAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Portugal 2001

páginas centrais

6 a 8 entrevista com Director Geral do Desenv. Rural ■ 9 empresária de sucesso

15 sétima reunião da Comissão Nac. de Acompanhamento

17 animar a rede ■ 18 e 19 do local ao global

Para que o ano 2000 não seja somente



Foto: João Rangel | Isto é

Um símbolo como o ano 2000 poderia não ter outro significado do que ser um aniversário excepcional do nascimento de Cristo.

primeira questão: Como podem afirmar-se as culturas locais territoriais neste "planetarismo" da economia e da cultura?

Já chegou o ano 2000! O ano que durante décadas foi o ano simbólico de um futuro incerto no imaginário de muitas pessoas. E agora está aqui, bem presente, já "desmitificado".

O ano 2000 é antes de tudo um momento simbólico, uma simples mudança de números, nem sequer de século ou milénio, facto que só acontecerá em 2001. E como o lembrava João Carlos Pinho, numa conversa animada sobre esta questão, isso não passa de uma herança da nossa civilização cristã. Os países muçulmanos, budistas, etc. não têm este "problema" do ano 2000, "problema" que, apesar de ser só uma mudança de números, já chegou para dar dores de cabeça a todos os informáticos e grandes empresários do mundo ocidental e para nos dar conta até que ponto a nossa sociedade está dependente da tecnologia informática.

Um símbolo como o ano 2000 poderia não ter outro significado do que ser um aniversário excepcional do nascimento de Cristo. Mas, numa situação de mudanças aceleradas a nível da sociedade e de grandes questionamentos sobre o futuro, este momento simbólico tem tendência a assumir uma carga que ultrapassa de longe este aniversário. O ano 2000, fim do segundo milénio e porta de entrada para o próximo, torna-se um símbolo de uma mutação profunda na sociedade e focaliza muitas atenções e questionamentos. Quantos debates, reflexões, etc. aparecem agora sobre as evoluções em curso e o futuro da nossa sociedade e do nosso planeta!

Em primeiro lugar, assiste-se a uma aceleração da mundialização, tanto da economia como da informação. Nomeadamente, a generalização da internet faz com que estejamos hoje cada vez mais todos ligados uns aos outros, numa "aldeia planetária". Há quem fale do nascimento da cultura planetária. Isso levanta algumas questões fundamentais:

- primeira questão: Como podem afirmar-se as culturas locais territoriais neste "planetarismo" da economia e da cultura? Em que medida o local e as entidades territoriais, com base numa relação humana mais directa, de proximidade, não serão chamados a afirmar-se cada vez mais, para contrabalançar a emergência de novos sistemas de referência, baseados em redes virtuais e para se articular com elas?
- segunda questão: Como vai evoluir o papel dos Estados num momento em que se demonstrou que a circulação da informação e a solidariedade entre os povos já são de tal maneira importantes que podem ter influência em qualquer

parte do mundo e impedir que os Estados actuem sem respeitar os direitos dos homens, das mulheres e das crianças, como se verificou em 1999, nomeadamente em Timor?

- terceira questão: como vai exprimir-se no futuro a ligação entre as iniciativas locais? Será que estamos a assistir à emergência de uma nova forma de expressão planetária da sociedade civil como o dão a entender os últimos acontecimentos em Seattle? (ver neste número o artigo "do local ao global")

Por trás desta mundialização generalizada e de tudo o que ela traz, há mudanças de fundo, talvez menos "fulgurantes" e espectaculares, mas pelo menos tão importantes quanto a própria mundialização. Nomeadamente, o lugar do trabalho na nossa sociedade está em plena mutação. Após os anos do desenvolvimento industrial que levou uma grande parte da população activa a trabalhar no sector secundário, estamos agora a entrar numa fase onde a redução drástica do número de empregos, tanto na agricultura como na indústria, o crescimento do desemprego, a redução do tempo laboral, etc. dão ao trabalho um valor completamente diferente. O facto de que hoje em dia, praticamente, o único sector gerador de emprego é o sector dos serviços dá muito mais importância à relação humana no trabalho do que à relação técnica com a produção material. E também aqui a relação de proximidade ganha uma importância maior.

Essa evolução levanta a questão fundamental da exclusão social, nomeadamente das pessoas que não têm formação, que antigamente podiam facilmente trabalhar na agricultura, na indústria, na construção, etc. e que hoje têm cada vez mais dificuldades em encontrar um emprego. Daí o crescimento da pobreza e da exclusão social, outro desafio importante para o desenvolvimento local. Como desenvolver a solidariedade, dar forma a relações humanas que não sejam só relações comerciais, mas também relações de inter-ajuda, de proximidade, de cooperação e de interligação entre as iniciativas e que permitam contrapor-se à exclusão de uma boa parte da humanidade dos processos de desenvolvimento.

Outra questão fundamental que hoje em dia se torna de actualidade é a questão do ambiente. Os eventos atmosféricos das últimas semanas na Europa trouxeram à actualidade questões levantadas há bastante tempo pelos ecologistas, tal como o aumento da frequência e da violência das catástrofes

uma mudança de números!



Foto: João Rangel | foto 4

atmosféricas. De repente, descobre-se que a calote glaciária do pólo norte já reduziu a sua área em 40%, demonstrando que as consequências do aquecimento da planeta poderão manifestar-se a muito mais curto prazo do que se pensava. Daí que a Agenda 21 decidida no Rio de Janeiro em 1992, depois de ter ficado na gaveta na maioria dos países, possa muito bem tornar-se uma questão de actualidade prioritária nos próximos anos.

Também na área social e cultural a sociedade actual está em plena mutação, no que diz respeito às relações sociais, familiares, entre homens e mulheres, entre gerações, ao nível do desenvolvimento pessoal, etc., levando algumas pessoas a falar de mudança civilizacional.

Essas mudanças e as outras referidas anteriormente levam a repensar radicalmente questões tão importantes como o sistema educativo e as escolas, o papel da comunicação social, a relação entre o Estado e a sociedade civil e, naturalmente, a questão da descentralização e da territorialização do desenvolvimento, da democracia local, em breve da cidadania activa.

É claro que todas estas mudanças e evoluções não podem ser ignoradas pelos Agentes de Desenvolvimento Local trabalhando no terreno. Pelo contrário, é em grande parte do desenvolvimento local que se esperam respostas às grandes questões do futuro. Para confrontar experiências e ideias, para reflectir sobre os grandes desafios de hoje, imaginar soluções e estratégias e ganhar competências colectivas sobre estas questões, apesar do pouco tempo disponível para o fazer dentro do trabalho quotidiano.

O ano 2000 também é um momento privilegiado para estas reflexões. Além do seu valor simbólico, é o ano de lançamento do novo QCA e das novas Iniciativas Comunitárias

segunda questão: Como vai evoluir o papel dos Estados num momento em que se demonstrou que a circulação da informação e a solidariedade entre os povos já são de tal maneira importantes que podem ter influência em qualquer parte do mundo e impedir que os Estados actuem sem respeitar os direitos dos homens, das mulheres e das crianças, como se verificou em 1999, nomeadamente em Timor?

É claro que todas estas mudanças e evoluções não podem ser ignoradas pelos Agentes de Desenvolvimento Local trabalhando no terreno. Pelo contrário, é em grande parte do desenvolvimento local que se esperam respostas às grandes questões do futuro

LEADER+, EQUAL e INTERREG. É portanto o momento de repensar as estratégias e intervenções a nível local, a partir das experiências dos dois QCA anteriores, do LEADER e das outras iniciativas comunitárias para o desenvolvimento local. Que ensinamentos tirar destas experiências, como responder aos novos desafios de hoje?

Por isso fazemos votos que o ano 2000 seja um momento de reflexão colectiva sobre todas estas questões. Esperamos que durante este ano, que será também o segundo ano de funcionamento da Célula de Animação Nacional da rede LEADER, se abordem e se analisem os grandes temas que são questões fundamentais para o desenvolvimento local em meio rural.

Da nossa parte, faremos todo o possível para que os processos de reflexão que iniciámos durante o ano 1999 possam continuar e alargar-se, abordando temas tão mais importantes como a luta contra a exclusão social, a gestão do meio ambiente, a escola e o desenvolvimento local, as questões relacionadas com a comunicação, as ligações com a sociedade local, com as autarquias, sem esquecer todas as questões relativas à cooperação nacional e transnacional. É claro, no entanto, que de acordo com a nossa filosofia, não será possível fazê-lo sem que estes temas nasçam do próprio interesse das ADL.

Ou seja, fazemos votos para que o ano 2000 não seja só uma mudança de números mas também a preparação de uma mudança para uma sociedade humana, mais próxima das necessidades dos homens e das mulheres e na qual, naturalmente, o desenvolvimento local tenha um papel fundamental a jogar.

Samuel Thirion

SEMANA DO RIBATEJO NORTE

19-26 de Fevereiro

Organizada pela ProRegiões e pela ADIRN, vai decorrer a Semana do Ribatejo Norte na Loja do Mundo Rural. Durante este período, haverá provas de produtos locais e exposição de artesanato, com a presença dos próprios artesãos. Cada dia da semana será dedicado a um dos concelhos da ZI da ADIRN.

ADELIADOR NA LOJA DO MUNDO RURAL

Açores

A ADELIADOR aderiu à parceria da Loja do Mundo Rural. A partir de Janeiro de 2000, vamos passar a encontrar na Loja mais produtos dos Açores, nomeadamente do Pico, São Jorge, Faial, Corvo e Flores, ilhas que correspondem à ZI da ADELIADOR.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS EM CASTRO DAIRE

20-21 de Janeiro

A ADRIMAG, conjuntamente com a CAL, organiza uma Oficina de Troca de Experiências no Hotel Montemuro em Castro Daire, onde para além da entidade anfitriã a ADERSOUSA, a PROBASTO e a DOLMEN vão partilhar e reflectir sobre as suas experiências mais significativas. As inscrições estão abertas junto da Célula de Animação.

ACÇÃO DE FORMAÇÃO NA GRACIOSA

2-4 de Fevereiro

Na ilha Graciosa, a GRATER vai receber os grupos LEADER dos Açores e da Madeira, para uma "acção de formação" no âmbito das actividades da CAL. No primeiro dia falar-se-á de metodologias apropriadas de sensibilização das populações rurais para a sua participação activa nas acções de DL, e no segundo e terceiro dias sobre concepção, organização e montagem de programas ou planos integrados de DL, candidáveis a financiamentos comunitários. Aguardamos as inscrições das ADL do continente.

CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA AGRÁRIA

25-26 de Maio

Realiza-se em Lisboa o 3º Congresso Nacional de Economia Agrária. Organizado pela APDEA, pretende ser um espaço de debate técnico-científico sobre a economia agrária portuguesa e o desenvolvimento dos territórios rurais.

ECO-CHALLENGE LEADER EUROPA AVENTURA

22-25 Junho

A ADIRN relança o Eco-Challenge LEADER, a realizar em Alcanena. As inscrições estão abertas para 20 equipas de 4 elementos, disposta a passar três dias radicais (volei de praia, orientação, canoagem, caminhadas, BTT, etc.) no Ribatejo Norte. Simultaneamente decorrerá um seminário sobre "Turismo Activo e Ambiente".

MANIFESTA

Abril-Maio de 2001

A IN LOCO será a entidade organizadora da próxima Manifesta a realizar em Abril/Maio de 2001 no Sotavento Algarvio.



Foto: Francisco Botelho

Encontro de proximidade no Algarve



Foto: Rosário Araújo

Novembro teceu laços de proximidade entre a ROTA DO GUADIANA, a ESDIME, a IN LOCO e a VICENTINA. Iniciou-se assim mais um ciclo no capítulo da Animação Directa da Célula de Animação LEADER II. O encontro entre as quatro associações vizinhas decorreu em Lagos, no dia 17 de Novembro. A Vicentina – Associação de Protecção e Desenvolvimento do Algarve Sudoeste -, anfitriã, recebeu cerca de 20 pessoas num espaço cedido pelo Centro de Emprego de Lagos. Saudou-se a presença de um número importante de técnicos. Nos dias antecedentes, como de costume, a equipa da Célula de Animação visitou o quintal das associações para aí proceder a uma primeira colheita de informações. Serpa e Messejana, no Baixo Alentejo, Faro e Lagos, no Algarve, formaram os quatro pontos cardinais na rota da CAL. Para aqueles que talvez ainda considerem estas pequenas peregrinações como intrusões ou que questionam a sua razão de ser, leia-se esta mensagem, "é uma estratégia de trabalho da Célula de Animação, proporcionar o encontro e a reflexão aos grupos LEADER, mas não se substituir a eles, nem na definição das prioridades, nem na organização das iniciativas."

O terreno pisado é fértil. Vingam neste Sul frutos como os Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento, os Núcleos de Acção Local e o Concelho Local de Cooperação. Segundo David Machado, coordenador da Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado -, esta estratégia deveria ter a seguinte leitura, "nós não estamos a criar redes de serviço das nossas próprias associações. Nós estamos a criar processos que podem constituir e estimular outro tipo de estruturas, que podem vir a criar animação no meio rural". Destaca-se aqui outro elemento imprescindível para o sucesso da acção das associações: a parceria. Estes instrumentos são considerados tanto ou mais inovadores do que alguns projectos. Desta feita, figurarão sempre nas exposições das associações, seja em primeiro ou segundo plano.

A Associação IN LOCO – Intervenção, Formação, Estudos para o Desenvolvimento Local - abriu as "hostilidades" com a sua cabra algarvia. A partir de um estudo efectuado no tempo do LEADER I, iniciou um projecto na área da caprinicultura. Embora a associação de desenvolvimento não assuma a gestão do projecto, é um caso exemplar. Destaca-se a parceria alargada: em conjunto com a Direcção Regional de Agricultura do Algarve (DRAA) e a Universidade do Algarve, a IN LOCO preparou a candidatura. A DRAA aparece no fim como promotora. No terreno, a IN LOCO tem dois animadores locais que se dedicam, entre outras coisas, à causa da cabra. No sentido de apoiar projectos nesta área, promove-se a articulação com outros programas (LEADER, Centros Rurais, PAMAF). E, *last but not least*, refira-se também que esta acção apresenta uma vertente transnacional.

A Rota do Guadiana não fala em projectos, fala numa filosofia de trabalho e nas suas traves mestras. Desde a sua criação até hoje, esta associação apostou na força da parceria, como meio de "encontrar em permanência os interlocutores locais que permitem a potenciação da intervenção". O território da Rota estende-se por cinco concelhos, daí a criação de cinco Núcleos de Acção Local. Cada núcleo conta com um coordenador e um animador. São veículos, ao nível local, de identificação e análise de projectos e, aquando da emissão de pareceres, são supostos contar com as entidades que são parceiras da Rota nesse mesmo conselho. Numa perspectiva de desenvolvimento integrado do território, faltava algo, "quisemos que essa análise não ficasse apenas na associação, daí foi criada para o LEADER outra estrutura que foi o Conselho Local de Cooperação, onde têm assento outras entidades que não são sócias da própria Rota." O aspecto mais activo desta parceria é relevado por Carlos Pedro, da Escola Bento Jesus Graça de Mértola, "o facto dos projectos serem apresentados no Conselho Local de Cooperação implica a nossa participação. Nós sabemos o que se está a passar, sabemos que os projectos são aprovados. Temos uma ideia que ultrapassa um pouco o nosso quintal." Fala-se em sucesso quando se diz que, "é uma parceria que é concebida para

a gestão de um programa e que se transforma na prática numa parceria para a consciencialização, para a problemática do desenvolvimento no território e para a animação da prática desse desenvolvimento."

O trabalho permanente em parceria também é prática comum na ESDIME. Esta associação escapa, no entanto, à lógica territorial do resto dos grupos presentes. José Carlos Albino explica, "o que nós definimos é termos projectos candidatáveis por associações e entidades locais para projectos ao nível das comunidades, podem ser projectos de freguesia, podem ser concelhos". A seguir defende-se o papel pedagógico do GAL, "no sentido de valorizar um

certo tipo de situações, em detrimento, muitas vezes, daquelas que são mais correntes." Assim, por exemplo, a partir de 1992, a ESDIME decidiu concentrar a sua intervenção junto dos jovens. A experiência exposta contempla esta caminhada. Começaram por detectar uma lacuna: acompanhamento e realização de actividades que permitissem aos jovens descobrir e perspectivar ideias de futuro profissional. Posteriormente, o próprio PAL integrou numa sub-área, duas acções vocacionadas directamente para os jovens. Contam-se cerca de 35 projectos aprovados. Isabel Benedito, da coordenação do GAL, releva a importância do trabalho e do saber partilhados que existem dentro da própria associação. "É um trabalho que tem uma articulação muito grande com outros técnicos e com outra área da ESDIME. Nós fomos buscar toda a experiência de intervenção a outra área da ESDIME, e é nesta base, nesta interacção que nós conseguimos protagonizar este tipo de apoio." Entretanto a ideia ganhou pernas para andar e as próprias escolas e associações de jovens tornam-se protagonistas dos projectos. Existe um senão que provoca o arrastamento e mesmo o fim dos processos. Aqui, como para as queijarias, denuncia-se o "bloqueamento que surge sempre com aspectos de processamento formal, isto é, a inadequação dos procedimentos formais e das estruturas administrativas ao trabalho de desenvolvimento."

Esta inadequação, que compreende também uma falta de diálogo e comunicação entre as associações e a administração central, causou dois insucessos, apresentados pela Vicentina. Ironicamente, a experiência positiva desta associação fala precisamente numa estratégia de descentralização. Em parceria, privilegiadamente, com as autarquias a Vicentina conta com quatro Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento e um Núcleo. Em jeito de reflexão, Pedro Dornelas conclui, "é relativamente fácil fazer a mediação económica, é, metodologicamente, correcto instalar o gabinete e afirmá-lo, levar ao seu reconhecimento; dar resposta às solicitações, em regra, ao nível da informação sobre o QCA, sobre os sistemas de incentivos, sobre o apoio ao investimento. É mais complicado, mais lento e mais difícil fazer a animação sociocultural. Pensamos que não estamos a andar tão depressa como me pareceu que a Rota estava a andar e ainda precisamos de mais tempo para que este processo de gabinetes de apoio ao desenvolvimento seja inteiramente assumido pelas autarquias ou pelos parceiros."

O que há de comum às quatro associações é a prática da parceria e a prática da descentralização. E é com este facto que Francisco Botelho, da CAL, remata, "este grupo de proximidade na Oficina de Troca de Experiências, pode ser extremamente útil para a pedagogia das restantes associações". As inscrições estão abertas para os dias 2 e 3 de Março, na Messejana.

Rosário Araújo

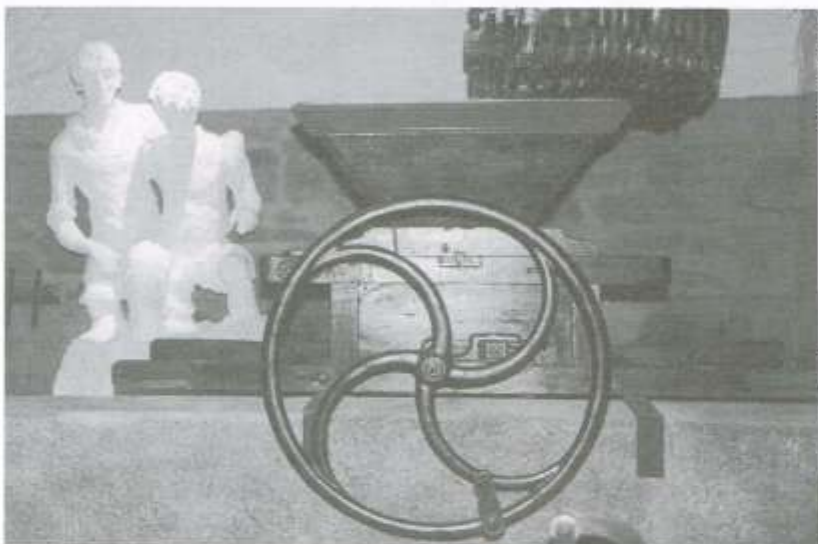


Foto: Paula Santos



Foto: Paula Santos

Oficina de Troca de Experiências

Torre de Moncorvo
Vila Nova de Foz Côa

As associações **Corane**, **Douro Superior** e **Raia Histórica** voltaram a encontrar-se (nos dias 18 e 19 de Novembro) para dar seguimento ao trabalho iniciado, em Julho, no Encontro de Proximidade.

A associação anfitriã, **Douro Superior**, elegeu o auditório da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, no primeiro dia, e o Posto de Turismo de Vila Nova de Foz Côa, no segundo, para acolher os participantes da Oficina de Troca de Experiências deste grupo de associações LEADER.

No primeiro dia, o auditório da Biblioteca de Torre de Moncorvo acolheu, entre técnicos das associações, equipa da célula, e convidados, 28 participantes. Uma das novidades desta Oficina, que engrossou o número de presenças, foi a apresentação dos projectos pelos próprios promotores. Além disso, a discussão em torno dos projectos foi mais animada, embora, dado o número de experiências propostas, alguns dos projectos não tenham sido aprofundados, como é objectivo fazê-lo nesta Oficina. De salientar também o recurso ao retroprojector e aos diapositivos como uma forma de ilustrar o que se ia falando. Uma opção que em muito ajudou a visualizar projectos onde as imagens, como se costuma dizer, valem 1000 palavras.

Depois das apresentações, o Presidente da Direcção da Douro Superior, Francisco Pires, deu início aos trabalhos, passando a palavra à **Raia Histórica**. Na "Fileira da Ovelha" diversos projectos concorrem para um objectivo comum: apoiar uma raça que se encontra em vias de extinção (Raça Mondegueira); melhorar as condições de produção, através da criação de salas de ordenha; reduzir custos de produção e permitir o controlo de qualidade, construindo uma queijaria regional e adquirindo material de laboratório. Um projecto que não surge por acaso. O coordenador do GAL, António Sales Gomes, começou a pensar nele já lá vão nove anos. Pode parecer muito tempo, mas as dificuldades surgem todos os dias. Fortemente motivado, o mentor deste projecto adiantou que a abertura da queijaria está para breve, com a comercialização de um queijo feito exclusivamente com leite de ovelha Mondegueira. Só não revelou o nome.

Continuando com os ovinos, o **Douro Superior**, convidou uma associação de produtores da raça autóctone "Churra da Terra Quente" para falar da "recuperação de técnicas de fabrico artesanais com lã de ovelha e pele de borrego". Com a criação de duas cooperativas, uma para a produção de carne e outra para a produção de queijo, e uma oficina para a transformação da lã, o LEADER apoiou as artesãs a recuperarem os modelos em lã antigos e a conceber outros.

A **Corane** deu continuação à apresentação das experiências com um projecto onde o apoio do LEADER foi decisivo. A Banda de Música de Vimioso, existe desde 1932 mas há 30 que não aparecia em público. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vimioso achou que já era tempo de reanimá-la e procurou apoio na associação LEADER. Nas palavras do promotor, a reactivação da Banda "mexeu com a comunidade, provocou o regresso de pessoas que estavam fora, e deu ânimo até para viver a alguns".

Seguiu-se um conjunto de três projectos da **Douro Superior** desenvolvidos na área do na área turística e cultural do Douro: "Prazo Vivo", "Museu do Ferro", e Associação de Soutelo.

Os dois primeiros abrangem o denominado Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, visam proteger e salvaguardar o património arqueológico natural e arquitectónico da região e, através da criação da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão (freguesia do sítio do Prazo), sensibilizar a população, e a comunicação social, programando múltiplas actividades.

O "Museu do Ferro e da Região de Moncorvo" veio cumprir uma função social importante no contexto local e regional, dando a conhecer a terra aos seus visitantes.

Numa outra associação, a Cultural e Recreativa de Soutelo, a senhora Maria da Natividade, procura recuperar as técnicas antigas do artesa-

nato em linho, e comercializar as peças. As dificuldades têm sido muitas, mas a força de vontade também.

A **Corane**, com a "Carníssima", voltou à área dos produtos locais. Convidou para apresentar o projecto o promotor (NERBA - Núcleo Empresarial da Região de Bragança) e anunciou, em primeira mão, a realização da 3ª edição para o ano. A "Carníssima" é uma feira de promoção da carne de qualidade (com DOP) produzida na Terra Fria. A primeira edição aconteceu em 1998 e envolveu todas as associações de produtores da zona de intervenção da Corane, e a segunda já contou com a participação de associações do resto do país e de Espanha. O LEADER apoiou as duas edições, nomeadamente na aquisição de algumas infra-estruturas indispensáveis para a realização do certame.

Através da **Corane**, o LEADER apoiou ainda uma associação local (MONTEVAL - Associação para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria) a adquirir uma viatura que, devidamente adaptada e equipada, presta apoio aos agricultores do concelho de Bragança e Vinhais cuja

necessidade de tratar de assuntos relacionados com a obtenção de subsídios, ajudas, etc., os obrigava a deslocar à sede do concelho. A "Aldeia Serviço" veio acabar com essas deslocações, contribuindo para o bem estar dos agricultores.

Elementos característicos da paisagem rural de Trás-os-Montes e da Beira Alta Raiana, os pombais tradicionais têm sido votados ao abandono. Através do LEADER, a associação **Douro Superior**, em cooperação com a **Corane**, **Raia Histórica** e **Pró-Raia**, está a proceder à recuperação e revitalização dos Pombais do Douro Internacional.

A fechar o primeiro dia de trabalhos, a **Raia Histórica**, recordou um projecto cujos objectivos iniciais não foram atingidos. As "Micro-Agências de Desenvolvimento" foram criadas com o intuito de aproximar a população da Associação, facilitando o acesso à informação e divulgando o trabalho da própria associação. A ideia era criar uma espécie de gabinetes de apoio nos vários concelhos da zona de intervenção. O LEADER apoiou a instalação do equipamento, contribuiu no pagamento das despesas de funcionamento, assim como uma parte do vencimento do técnico contratado, mas o insucesso é visível. Desta experiência, a **Raia Histórica**, retirou uma conclusão: é necessário seleccionar colaboradores com o perfil e a sensibilidade adequados ao trabalho em desenvolvimento rural.

No dia seguinte, no Posto de Turismo de Vila Nova de Foz Côa, com apresentação dos dois últimos projectos da **Corane**, e depois de alguma troca de ideias, as associações passaram à identificação dos temas para a Acção de Formação.

Um dos projectos traduzia, para a **Corane**, claramente a filosofia do LEADER, pois encerrava os três princípios basilares do Programa, "inovação", "demonstratividade", e "transferibilidade", mas foi um insucesso. Dificuldades na ligação entre programas de apoio comunitário, levaram a que a promotora não visse instalada a energia eólica na exploração de coelhos, como pretendia. Já um casal de artesãos conseguiu a instalação de painéis solares na sua casa que funciona também como oficina, num lugar isolado, algures na serra da Nogueira, onde a luz eléctrica não chega. O casal, com dois filhos, viu assim, para além de satisfeita a necessidade da energia para o seu trabalho, a melhoria das condições de habitabilidade da família.

A promoção e comercialização dos produtos locais aliados à imagem foram os temas propostos pelas associações para a Acção de Formação, a realizar nos dias 15, 16 e 17 de Março de 2000, em Bragança.

Um almoço na sede da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, um dos projectos apresentados pela Douro Superior, encerrou a 4ª Oficina de Troca de Experiências.

Paula Santos



Foto: Rosário Aranha

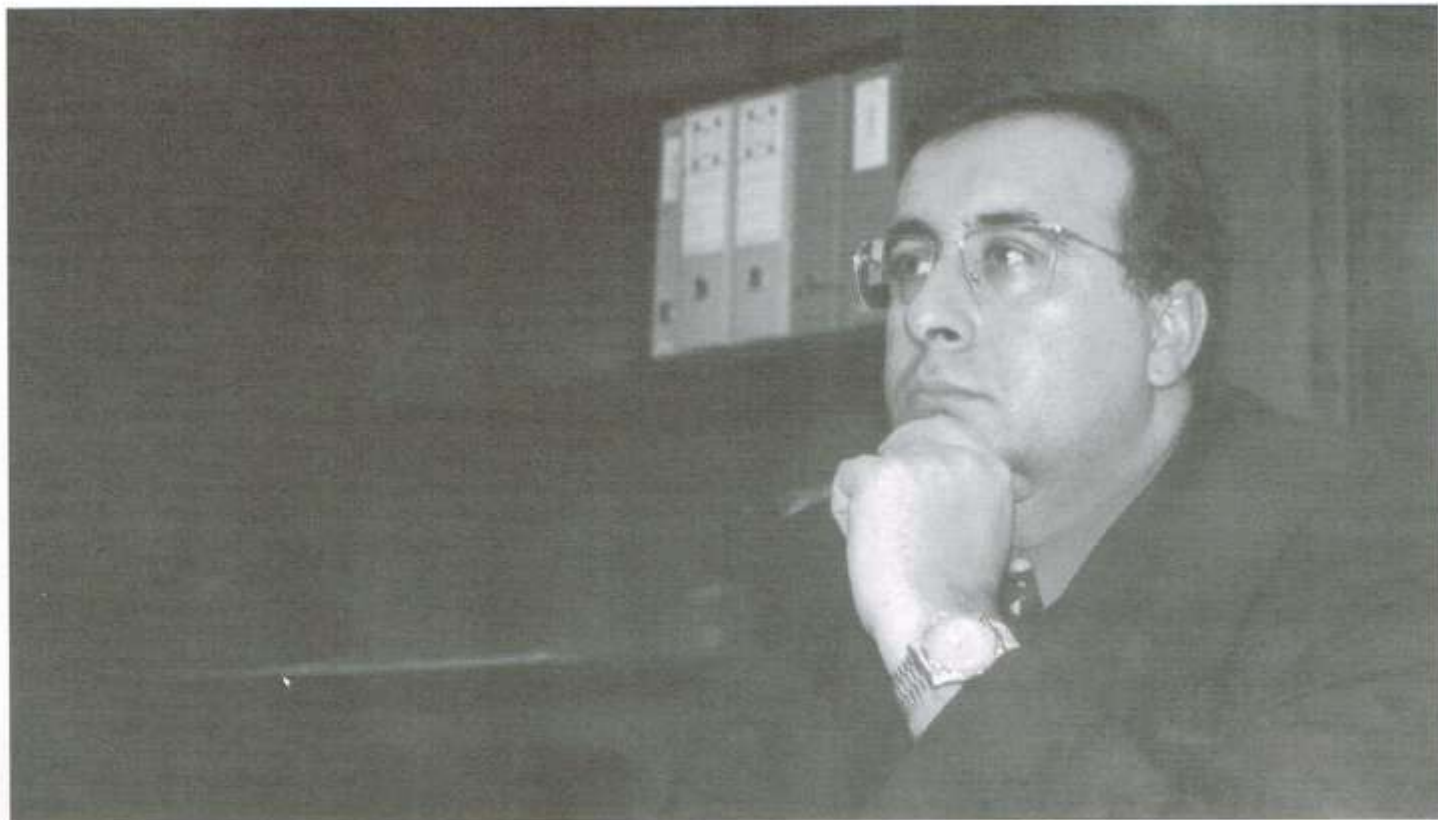


Foto: Rosário Aranha

Entrevista com o Eng. Rui Pedro de Sousa Barreiro

Novo Director Geral do Desenvolvimento Rural

Entrevista conduzida por Francisco Botelho e Rosário Aranha

No final do mês de Dezembro tomou posse como Director-Geral do Desenvolvimento Rural o Eng. Rui Pedro de Sousa Barreiro, substituindo no cargo o Eng. Miguel Freitas. "Pessoas e Lugares" decidiu solicitar-lhe uma entrevista procurando conhecer os seus pontos de vista e os suas expectativas no desempenho deste novo cargo. Temos assim oportunidade de transcrever a longa conversa que com ele mantivemos e que revela o entusiasmo e a sintonia com o Programa LEADER bem como a preocupação de conduzir de uma forma segura e eficaz o lançamento de todas os novos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural em Portugal.

PL: O Senhor Eng.º acaba de tomar posse como Director-Geral do Desenvolvimento Rural e penso que é oportuno começar por lhe perguntar quais as prioridades que estabelece para a sua intervenção?

RB: As prioridades de um Director-Geral do Desenvolvimento Rural estão obviamente subordinadas à política do governo para esta área. Aquilo que eu tenho que fazer prende-se muito com aqueles objectivos mais substantivos, que têm a ver com a ligação fundamental entre aquilo que é uma agricultura competitiva e aquilo que é a relação entre quem está no território rural, quem lá trabalha e quem pretende manter uma agricultura sustentável que traga mais-valias aos territórios, obviamente, mas principalmente às pessoas. Tendo esta Direcção-Geral competências várias, que passam desde as medidas agro-ambientais, *stricto sensu*, até à fixação de jovens agricultores e à renovação do tecido produtivo, passando pelos chamados produtos tradicionais e pela protecção desse tipo de produtos, é óbvio que a iniciativa LEADER assume um papel fundamental. Diria que é um pilar fundamental para a actuação da Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural. Normalmente, quando se fala em desenvolvimento rural, há quem considere que isto é tão amplo que, de facto, cabe quase tudo no desenvolvimento rural. Ainda hoje ouvi algumas pessoas dizerem, que não se pode falar só da produção. Ora falar de desenvolvimento rural é precisamente não falar só da produção, é falar numa lógica que ultrapassa de alguma forma os sectores tradicionais em que se dividem as actividades económicas. Neste momento nós não podemos falar em sector primário, secundário e terciário e, portanto, as experiências LEADER de ligação ao local e ao mundo rural mostram como é possível pro-

duzir bem, com qualidade, mostrar o que se faz, comercializar e deixar marcas intrínsecas da região e do local onde se produziu, valorizando os territórios rurais, e deixando ficar as mais-valias nesses territórios. Essa experiência, na minha opinião, é fundamental e, no caso concreto de Portugal, só enriquece o mundo rural português precisamente por causa dessas experiências.

Em termos de prioridades, portanto, elas estão definidas no programa do Governo. Pessoalmente, diria que sou um homem apaixonado por estas questões já há muito tempo. A minha formação académica - eu sou engenheiro zootécnico e fiz uma especialização na área da extensão rural, e na área da sociologia rural - contribui para isso, pelo que os fenómenos ligados à dinâmica rural e à dinâmica da multi-funcionalidade, das diferentes origens de rendimento dos territórios rurais, sempre foi uma coisa que me atraiu bastante. Sinto-me muito à vontade e até com muita curiosidade, para além de conhecer muitos dos actores que estão no terreno neste momento a trabalhar com a iniciativa LEADER, estou também curioso e estou tentado a poder eu próprio contribuir para o sucesso deste tipo de iniciativa. Porque, de facto, não basta criar riqueza, é preciso criar riqueza que se distribua da forma mais equitativa possível e, de preferência, que essa riqueza reverta a favor de quem a produz.

PL: Depreendo das suas palavras que o Programa LEADER é uma das suas prioridades. Ora é um facto que neste momento estamos a encerrar o LEADER II, dentro de muito pouco tempo será publicada a comunicação aos Estados-Membros sobre a nova Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural. Seria importante saber como é que estão a decorrer os trabalhos de preparação da candi-

datura portuguesa ao LEADER+ e quais as principais linhas de orientação que estão a ser trabalhadas no momento pela DGDR.

RB: Neste momento, em termos europeus, a iniciativa LEADER+ está a ser preparada e está a ser preparada, olhando para as diferentes iniciativas e para as diferentes experiências LEADER dos diferentes Estados-Membros. Brevemente, iremos participar numa reunião com uma dimensão europeia, onde alguns dos nossos parceiros privilegiados neste tipo de iniciativas, nomeadamente a Espanha, vão estar. Vamos ver, avaliar concretamente os aspectos positivos, os laboratórios do terreno que nos vão permitir desenvolver o projecto LEADER+ de uma forma concertada e a apontar para o sucesso. É óbvio que há sempre grandes expectativas, nomeadamente, relativamente ao impacto local e ao impacto regional, que definições irão ser tomadas nessa matéria há questões que terão a ver com opções políticas, mas na minha opinião, num mundo globalizado como é aquele em que nós hoje vivemos, o impacto e os efeitos sócio-económicos, que o LEADER teve nas diferentes iniciativas aponta para uma manutenção das virtualidades da actual iniciativa e eventualmente a sua potenciação.

O problema é sempre o mesmo, "muito bem, vamos ter um LEADER+, mas com que capacidade financeira, com que capacidade de actuação no terreno?" O objectivo é tornar cada vez mais eficientes as intervenções, transformar um escudo ou um euro o mais possível, multiplicá-lo por muitos e essencialmente trazer riqueza aos territórios rurais, mas trazer riqueza no sentido verdadeiro do termo, não riqueza do ponto de vista exclusivamente contabilístico, mas antes riqueza para quem vive e para quem trabalha nos

territórios rurais, melhorando a qualidade de vida, criando condições de fixação da população no território rural e compatibilizando, às vezes, coisas que aparentemente muita gente considera incompatíveis, como aumentar a riqueza e ao mesmo tempo aumentar a qualidade de vida. Não me adiantaria muito mais em relação à iniciativa LEADER+, porque há muitas coisas que estão em cima da mesa, que estão para ser definidas, e faz sentido, daqui a dois meses, voltar a falar então já com questões muito concretas sobre aquilo que vai ser a próxima iniciativa comunitária.

PL: Existe no âmbito da DGDR um grupo de trabalho sobre este tema concreto...

RB: Exactamente! O grupo de trabalho tem funcionado. Há uma série de propostas em cima da mesa. A iniciativa, como sabe, não é uma iniciativa de Portugal, é uma iniciativa que vai ter regras fundamentais para vários países. A ideia é tentar potenciar o mais possível a iniciativa LEADER+ mesmo do ponto de vista financeiro, de forma a que sirva também o melhor possível a experiência portuguesa. Nós temos um passado e um presente reconhecido como um valor, isso dá-nos algumas garantias para o futuro. A minha perspectiva é uma perspectiva risonha em relação a essa matéria. Mas eu sou um optimista por natureza, portanto também se deve descontar algum do meu optimismo, porque já é intrínseco.

N a prática, a experiência portuguesa é uma experiência muito positiva. O próprio Observatório Europeu tem avaliado também de uma forma positiva a experiência portuguesa. Isso irá permitir validar algumas das nossas propostas concretas. O perigo de se falar muito delas, é que se, eventualmente, algumas não vierem a ser obtidas, diz-se que se perdeu alguma coisa. Eu, para já, com cautela, ficar-me-ia por aqui.

PL: Neste trabalho de preparação da candidatura para o LEADER+, as experiências e as práticas levadas a cabo ao longo destes anos pelas associações de desenvolvimento rural no âmbito do Programa LEADER vão ser tidas em atenção?

RB: Nós vamos ter um trabalho de avaliação *ex-ante* fundamental que irá decorrer durante este ano. O *timing* do LEADER não é o mesmo *timing* do QCA. Nós temos avaliações intercalares de boa qualidade e vamos ter também uma avaliação *ex-ante* que é fundamental para apontar os aspectos menos positivos da iniciativa, de forma a corrigi-los e poder potenciá-los e, eventualmente, melhorar aquilo que é possível melhorar. Aliás, em princípio, tudo aquilo que é bem feito pode ser melhorado e essa avaliação terá que ser feita por peritos na área, independentes, de forma a poder apontar eventuais necessidades de correcção, eventuais perspectivas de actuação.

FL: As equipas que neste momento implementam o Programa LEADER no terreno virão a ser chamadas neste processo?

RB: No processo de avaliação todos os actores são importantes e todos devem ser ouvidos.

Se não fosse assim, contrariava até o espírito do LEADER. O LEADER é talvez uma Iniciativa Comunitária que mais faz jus ao princípio da subsidiariedade, em que se delegam competências e em que quem está no local, quem está mais próximo dos problemas e da realidade tem ocasião de intervir. Seria contrariar o próprio espírito do LEADER se as associações que lideram e dão corpo ao LEADER não fossem chamadas a opinar efectivamente sobre aquilo que são os aspectos positivos e, eventualmente, aquilo que são os aspectos menos positivos e que são passíveis de

ser corrigidos.

PL: Na maior parte dos países europeus a prática do LEADER deu origem a políticas nacionais específicas de apoio ao desenvolvimento rural, muitas delas que introduziram a própria metodologia do LEADER. Nestas circunstâncias como é que o Senhor Eng^o veria a articulação entre a intervenção do LEADER e as orientações definidas no Plano Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural que hoje foi apresentado?

RB: A perspectiva de programação para este QCA foi uma perspectiva de complementaridade entre os diferentes instrumentos de política disponíveis para o mundo rural português. Na prática temos, para além daquilo que são as organizações comuns de mercado e que são as ajudas à produção e têm a ver com a agricultura, *stricto sensu*, temos o chamado Programa Operacional Agricultura, onde se incluem todas as ajudas ao investimento, tudo aquilo que são ajudas, na prática suportadas de alguma forma pelo FEOGA. Obviamente, vamos ter também o PDRU, o Plano de Desenvolvimento Rural, que contempla aquilo que são hoje medidas agro-ambientais, as indemnizações compensatórias, a florestação de terras agrícolas e os apoios à cessação de actividade e ao rejuvenescimento do tecido produtivo nacional. E, obviamente, temos uma IC que é o LEADER+, e o objectivo do Estado-Membro, neste caso de Portugal, é conseguir, com estes instrumentos colocados à disposição do mundo rural português, potenciar, criar sinergias entre os diferentes instrumentos, de forma a não deixar de fora aquilo que necessita ser apoiado e, por outro lado, criar condições para que estes instrumentos se complementem, e nalguns casos até, criem condições de serem catalisadores uns dos outros, em prol do mundo rural, portanto, do rendimento dos agricultores, de quem vive e trabalha nos territórios rurais.

PL: Quais são dentro do Plano Operacional de Agricultura e do Plano de Desenvolvimento Rural as medidas que permitam apoiar de uma forma integrada as diferentes actividades possíveis no meio rural e não apenas a produção agrícola?

RB: São muitas. Estou-me a lembrar por exemplo da medida de apoio à agricultura familiar, que é uma medida que existe no âmbito do Programa Operacional. O Programa Operacional tem uma componente que também reforça a questão da subsidiariedade. Existe o Programa Operacional de Agricultura gerido nacionalmente e depois existe um Programa Operacional Regional que, à partida, contemplará cerca de 30% das ajudas. Há medidas de carácter regional, com uma afectação financeira própria.

Renovar o tecido empresarial agrícola, é uma prioridade. Não há agricultura sem agricultores e não há agricultura que perdure, que seja mais eficiente, mais eficaz e mais capaz de aceitar a mudança se não houver rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola. Um dos objectivos também tem a ver com o desenvolvimento de actividades e práticas culturais potenciadoras do aproveitamento de condições edafoclimáticas regionais. Enfim, há uma panóplia de apoios.

Os diferentes instrumentos foram programados, no sentido de não serem desconexos, nem terem medidas contraditórias entre eles, mas sim poderem ser sinérgicos e congregadores e não deixarem de fora alguma área que eventualmente estariam de fora.

Tem que se falar também nos apoios à transformação e à comercialização. Há uma série de medidas que, de alguma forma, irão complementar tudo aquilo que se faz.

Mas eu destaqui há pouco a questão da

agricultura familiar, porque considero uma medida muito importante, cujo nível de exigência na apresentação será, eventualmente, bastante mais reduzido, e que irá permitir a algum leque de agricultores, cuja dimensão do seu investimento não seja tão grande quanto o dos grandes projectos agrícolas possa recorrer.

A questão da engenharia financeira também está contemplada.

O Programa Operacional, o apoio por via das OCM, PDRU e IC LEADER+ são instrumentos que irão garantir, claramente, a sustentabilidade do tecido empresarial agrícola.

Há, pois, uma área muito grande de intervenção.

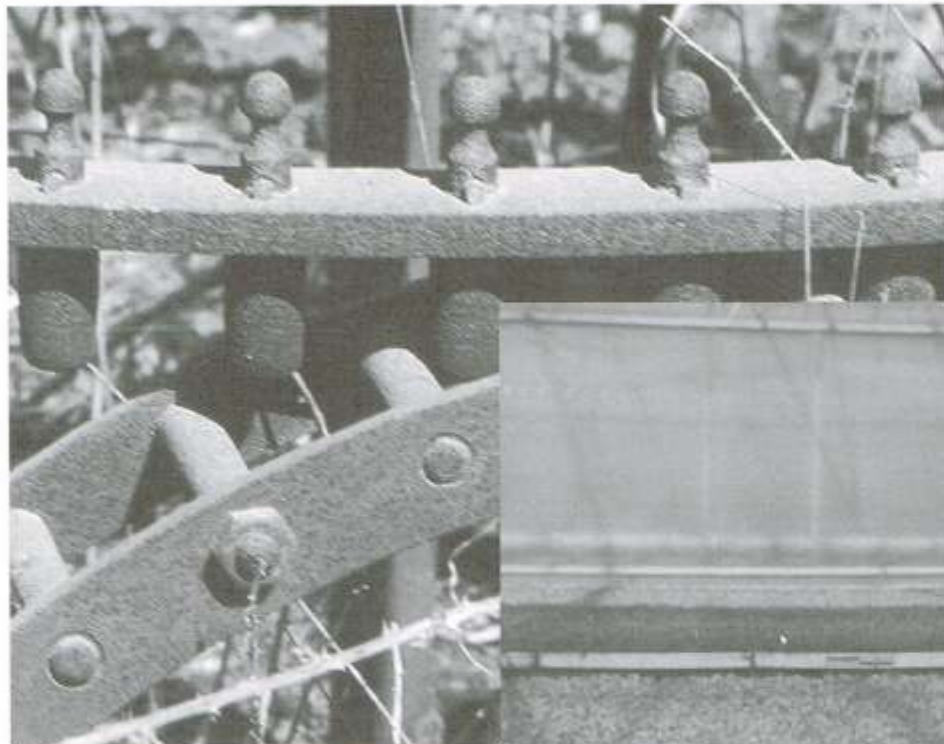
PL - O turismo rural é, nas suas diversas categorias, uma esperança para o mundo rural. Ao mesmo tempo, tem sido uma dor de cabeça na execução dos PAL do LEADER mercê do difícil relacionamento que tem existido, nomeadamente com a Direcção-Geral do Turismo. Há muita gente que defende que o turismo rural, como uma actividade complementar das explorações agrícolas, deveria estar na dependência da DGDR. Qual é a sua opinião?

RB: O mais importante não é de quem depende, o mais importante é como se trabalha. Quem coordena a política, e quem a operacionaliza, pode ser o menos importante. O mais importante é a vontade política de resolver os problemas. Se me perguntar, se eu gostaria que a área do turismo rural pudesse vir a ser tutelada pela DGDR, eu não lhe nego que poderia ter algum interesse para resolver alguns problemas. Já hoje o Turismo Rural passa pela Direcção Geral de

“Na prática, a experiência portuguesa é uma experiência muito positiva. O próprio Observatório Europeu tem avaliado também de uma forma positiva a experiência portuguesa. Isso irá permitir validar algumas das nossas propostas concretas.

Foto: João Rangel | Isto é





Fotos: João Rangiel | Isto é



Desenvolvimento Rural – Divisão para a Diversificação das Actividades em Meio Rural – que cumpre muito bem o seu papel.

Como sabe, a administração pública portuguesa precisa de ser melhorada aos seus mais variados níveis.

A garantia de qualidade não é dada pelo facto de se mudar de uma DG para outra DG.

Não creio que isso fosse a resolução de todos os problemas mas aceitaria de bom grado que tivéssemos uma maior intervenção nessa área. Agora penso que a DGT, certamente irá fazer o melhor possível e irá tentar melhorar e tentar evitar esse estrangulamento.

PL: Uma das grandes preocupações que tem surgido no Programa LEADER nos últimos tempos e que nós temos, inclusivamente, trabalhado ao nível do último seminário que realizámos é a questão da engenharia financeira. Há abertura e estímulo para que as entidades locais, gestoras do Programa LEADER+ possam conceber e aplicar acções de engenharia financeira, tais como a constituição de fundos de garantia, a concessão de empréstimos sem juros que dêem origem a fundos renováveis do desenvolvimento local?

RB: A grande esperança de qualquer agente que se move no sector, e em qualquer actividade económica - e vamos esquecer os GAL, vamos esquecer, neste momento, que estamos a falar de uma questão bem específica - qualquer agente tem esperança de poder usar instrumentos que lhe permitam, na prática, tornar mais eficaz e mais eficiente a sua acção. É óbvio que esta medida da engenharia financeira é uma medida que, na generalidade dos casos, os agentes estão interessados em poderem usar. A questão dos fundos "revólver", que são fundos que em permanência se mantêm no local, que vão alimentando de alguma forma a actividade desenvolvida pelos agentes é impor-

tante. Eu próprio sou partidário de solução desse tipo, porque se pode reconstituir muito do potencial existente. Porque se pode, através da dinamização do capital de risco e do caucionamento mútuo ajudar a nascer e consolidar muitas iniciativas.

As possibilidades existentes, neste momento, para a área agrícola são várias e os beneficiários serão institutos públicos, agências e organismos de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos, instituições de sistema financeiro, organizações de agricultores, empresas agro-alimentares, florestais. Isto é o que está previsto no Programa Operacional. Isto quer dizer que foi reconhecida a necessidade de haver uma medida com esta dimensão. Esse reconhecimento já é um bom sinal. Sendo um bom sinal, pode deixar adivinhar algumas possibilidades para o futuro. O ideal é não criar expectativas elevadas para não haver alguma desilusões. Pessoalmente considero importante a existência de uma medida que tenha essas componentes de engenharia financeira.

PL: Como sabe o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ vai possibilitar essas operações de engenharia financeira. É possível através do financiamento comunitário montar estruturas deste tipo e para isso é preciso que o Estado reconheça às associações a capacidade para integrarem este tipo de projectos.

RB: Não vale a pena haver a medida se não houver quem possa lá chegar. Se tem que haver a medida, tem que haver actores que possam lá chegar, actores esses que estejam de alguma forma dentro do espírito de iniciativa. Não vale a pena estarmos a falar se não for assim. Em relação a essa matéria, tenho alguma esperança com o trabalho que tem estado a ser desenvolvido, neste momento, e que está numa fase acelerada, nos próximos dois ou três meses, que haja possibilidades de daí resultarem algumas expectativas positivas para quem vão ser os

principais agentes do LEADER+. Penso que há condições, daqui a dois ou três meses de fazermos um balanço: então como é que vai ser o LEADER+? Neste momento o que interessa, para além da consolidação daquilo que vai ser a próxima Iniciativa Comunitária é verificarmos onde é que estão os nossos estrangulamentos, onde é que estão as nossas deficiências, onde é que nós temos que melhorar. Se fizermos esse trabalho de casa bem feito, poderemos eventualmente aumentar a nossa capacidade de utilizar os instrumentos que temos à nossa disposição.

Há uma série de possibilidades e de regras do jogo que têm que ser cumpridas, tem que se melhorar muito a monitoria permanente das medidas, os controlos vão aumentar e a capacidade de fiscalização vai ter que ser também aumentada, e a eficiência e eficácia de quem utiliza os meios financeiros vai ter que também ser melhorada. Vai se exigir muito da administração, mas também se vai exigir muito dos agentes locais. Isso implica boa vontade de ambas as partes para se entenderem e também que se aumente muito a capacidade técnica instalada, de forma a não desperdiçar e aplicar o melhor possível os meios financeiros disponíveis.

PL: Estamos em 2000, quais seriam os seus principais desejos para este ano?

RB: Vivemos num mundo onde comunicar é cada vez mais fácil, desde o telemóvel até à Internet. Aliás, há muitas associações LEADER que são até pioneiras na utilização de algumas dessas tecnologias. Apesar de estarmos num mundo onde é muito fácil comunicar, estamos num mundo onde as pessoas, muitas vezes, se sentem sós, ou melhor, estamos num mundo, onde as pessoas se sentem deslocadas, fora do seu contexto, desconfortáveis, sem ligação, sem raízes. Portanto este paradoxo, de estar perto e estar longe, existe de facto. Temos a obrigação clara, de criar condições para, usando aquilo que são as coisas boas do desenvolvimento e que o progresso tecnológico nos tem trazido, podermos melhorar as condições de vida nos outros domínios, isto é, conseguirmos que a identificação com o território, a harmonia entre o homem e o ambiente, a ligação à terra no seu sentido mais amplo - já que vivemos num mundo muito globalizado - possa acontecer.

O meu desejo sincero, não é só para 2000, é para 2000 e para mais alguns anos, é que quem trabalha neste mundo rural - como sabe temos um território rural que é a grande parte do território nacional e temos cidadãos do mundo dito urbano, que claramente têm algumas ligações rurais, a nossa história é cheia de ruralidade - o meu desejo, de facto, é que, cada vez mais, as pessoas mantenham raízes e que alarguem essas raízes e que se sintam identificados com o seu território originário. Que reconheçam naquilo que é o trabalho de quem ficou no mundo rural, de quem lá trabalha, uma ponte que permita criar essa sensação de harmonia, de pertença a este mundo.

Era este o desejo no seu sentido mais lato que eu deixaria aqui. Se isso acontecer, de certeza absoluta que nós vamos todos viver melhor.

... aprendendo um pouco da identidade da região e dos seus valores culturais, ao mesmo tempo que são sensibilizados para os aspectos da preservação do ambiente.



Foto: Francisco Botelho

Uma empresária de sucesso

Ana Martins
(Moinho da Carvalha Gorda)



Foto: Francisco Botelho



Quando se está pela primeira vez com Ana Martins dificilmente a identificamos com uma empresária. Porque geralmente todos transportamos em nós o estereótipo do empresário "yuppie". E a Ana Martins é a simplicidade em pessoa. Simplicidade na apresentação, afabilidade no trato. Com ela a conversa flui alegremente sobre os mais diversos temas. Depressa se descobre a sua afinidade com a cultura, a sua preocupação efectiva com o ambiente. E, a pouco e pouco, instala-se a sensação de uma grande segurança, de um percurso de vida preenchido, de um sonho construído com perseverança e entusiasmo.

Em Campia, Vouzela, no meio de uma floresta a que se acede por um modesto caminho municipal, está o seu refúgio de uma década. O local das suas origens, onde refez a vida e construiu, contra o descrédito de todos, uma empresa cada vez mais sólida. Uma empresa que dá pelo nome de Moinho da Carvalha Gorda e que garante trabalho a 12 pessoas, rondando já um respeitável volume de vendas - 60.000 contos/ano.

Estamos nas vésperas de Natal quando a visito. Recebe-me uma empregada e correm pela casa algumas crianças. Foi a festa de Natal da empresa e os filhos dos trabalhadores aguardam o regresso a casa dos pais. O trabalho prolonga-se porque há necessidade de satisfazer encomendas de última hora antes de umas curtas férias de Natal. Ana Martins teve de se deslocar à vila para tratar de assuntos na tipografia para garantir alguns trabalhos de última hora. Aguardo por ela na sala de entrada, uma pequena montra dos produtos da empresa. Passo os olhos pelos mostruários do papel produzido. Aprecio os numerosos objectos fabricados com cartão. Delicio-me com os álbuns, nova linha de produção introduzida pela empresa.

Folheio o mostruário onde se apresentam os diversos modelos de papel com introdução de resíduos vegetais.

Nas paredes, emolduradas, há diversas gravuras produzidas em papel têxtil da fábrica. Uma pequena galeria de arte. A um canto, desperta-me a atenção um móvel insólito - um grelhador solar, que mais tarde venho a saber ser obra de um amigo de Ana Martins. E que funciona, assevera-me ela!

Já na companhia de Ana faço uma curta visita às instalações. Revejo o moinho onde são desfeitas as peças de algodão que compra nos resíduos das fábricas têxteis. Uma peça que, apesar de funcional constitui uma autêntica relíquia de arqueologia industrial e que Ana reconstruiu a partir de peças adquiridas um pouco por todo o país. Moinho de onde sai a pasta que irá ser colocada nas formas em que lhe é extraída a água, dando lugar a folhas de papel que depois são prensadas e passam à estufa de secagem. Um processo todo ele artesanal onde a criatividade tem permanente possibilidade de expressão. Na definição do formato, na escolha das cores, na introdução de resíduos vegetais nas fibras antes da prensagem. Mais de 80% do custo da produção do papel está na mão de obra - um garante da originalidade e da diferença deste produto.

Passamos ainda pelo armazém antes da sala de montagem em que algumas empregadas se entregam à tarefa de envolver lápis em folhas de papel têxtil, transformando-os em objectos-bibelot.

Do Moinho da Carvalha Gorda saem hoje em dia numerosos produtos. Folhas de papel têxtil - fibra de algodão - nos mais diversos formatos e padrões. Alguns transformados em produtos directos de papelaria - papel de carta, envelopes, cartões de visita. A empresa assegura também, em colaboração com uma tipografia local, a impressão de cartões de visita, ementas de restaurante, convites de casamento, diplomas institucionais.

Os objectos de papel são uma forma prática de utilização de restos de papel não comercializável directamente. E vão desde os passe-partout às caixas, aos sacos para garrafas, aos porta-moedas, aos álbuns para fotografias. A imaginação é o limite, o bom gosto a imagem de marca.

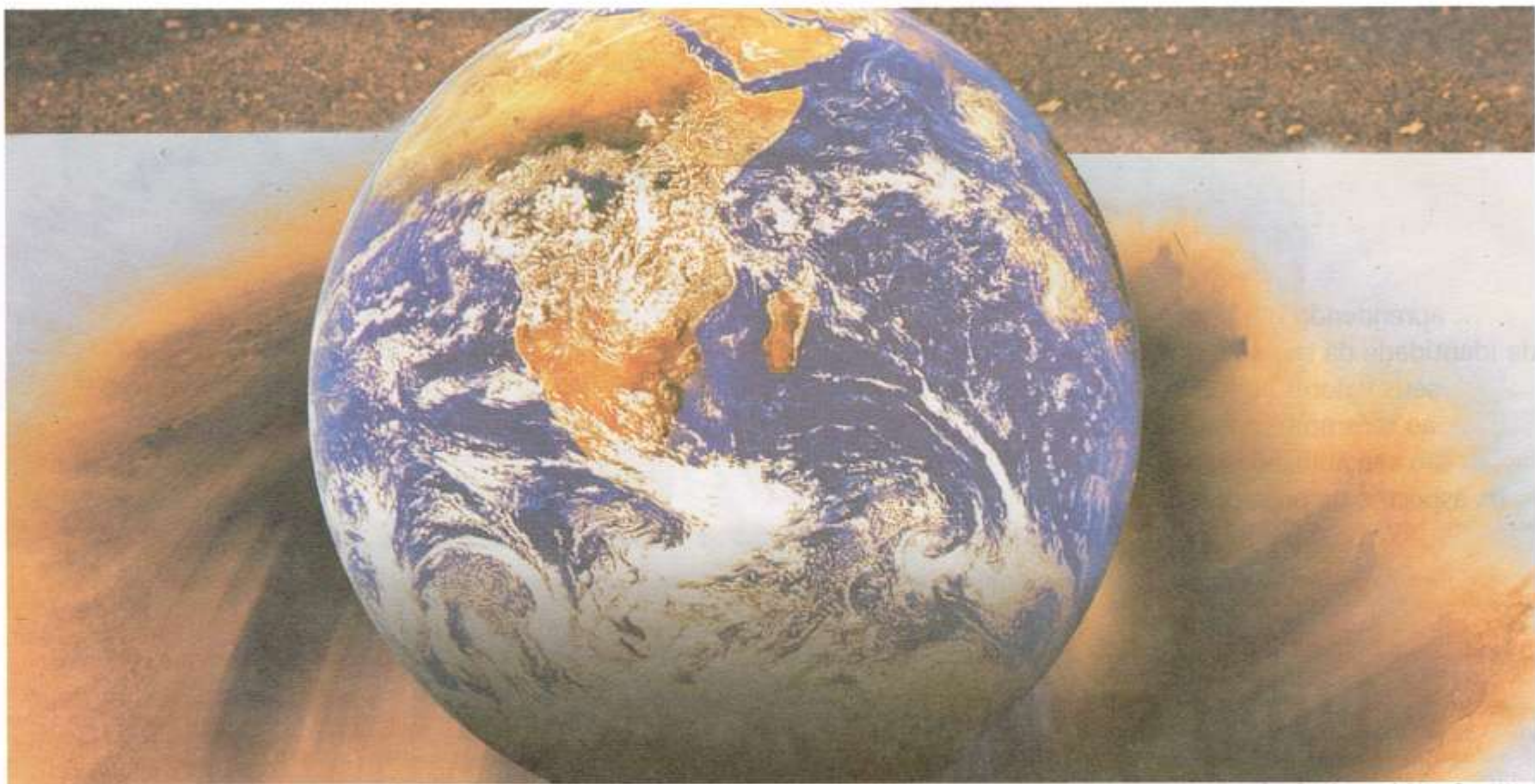
Os produtos do Moinho da Carvalha Gorda são hoje em dia comercializados por todo o país, que garante um escoamento de cerca de 60% da produção. A exportação faz-se

também para Espanha, França, Bélgica, Holanda e Itália. E para a Alemanha onde a empresa garantiu um cliente de prestígio, uma Fundação ligada ao Deutsche Bank.

Hoje, a importância da empresa é reconhecida por todos. Pelos clientes que granjeou. Pela região onde está inserida. Pelos milhares de visitantes que a demandam todos os anos, principalmente pelas escolas que a visitam à descoberta da "fábrica" do papel. Tantas que começaram a criar um verdadeiro problema para a normal laboração. Problema resolvido com um projecto apoiado pelo LEADER da ADDLAP, a criação de um Centro de Interpretação do Papel. Agora os visitantes podem ser acolhidos em sala própria, observando num vídeo o processo de fabrico antes da própria visita às instalações. E aprendendo um pouco da identidade da região e dos seus valores culturais, ao mesmo tempo que são sensibilizados para os aspectos da preservação do ambiente.

Uma obra que tem menos de 10 anos. Ana Martins, antigamente produtora de espectáculos no Porto, entrosada no meio artístico daquela cidade, despertou para tudo isto numa visita ocasional em França a um Museu do Papel. Visita que a fascinou e que a fez sonhar repetidamente com recuperar a produção artesanal de papel têxtil em Portugal. "Andei uns anos a sonhar. A fazer estudos de mercado". E inicialmente, ninguém acreditou no projecto. As candidaturas que formalizou na altura foram todas reprovadas por falta de viabilidade económica. Mas há sonhos que se impõem. E a persistência da empresária deu sequência ao risco de mudar radicalmente a vida. E de lançar, com um simples empregado, uma actividade onde foi preciso começar tudo do zero. Encontrar os equipamentos adequados, recuperar o saber-fazer, estabilizar a tecnologia, encontrar e adequar a matéria-prima. Olhando para trás, são anos de luta e de perseverança, mas falando com a Ana, parece que tudo foi simples. E, se calhar, é simples. Basta uma ideia forte, um sonho entranhado, uma crença inabalável, muito, muito trabalho. E acreditar sempre, mesmo quando as contrariedades chegam. Porque se o sonho é válido e a criatividade existe, as contrariedades serão sempre ultrapassadas. E a Ana Martins, com o seu ar tranquilo e seguro, é verdadeiramente uma empresária de futuro. Lúcida, criativa, perseverante, combativa. E, felizmente, ainda e sempre uma portadora de "sonho".

Francisco Botelho



Infografismo (pormenor): Adriano Rangel | Isto e

os II encontros mundiais

1. Antecedentes

Em Outubro de 1998 durante os Primeiros Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local realizados em Sherbrooke (Québec, Canadá), a Secção Portuguesa da DELOS (Associação Internacional para o Desenvolvimento Local Sustentável) que conjuntamente com outros companheiros Europeus compunham a delegação DELOS formada a convite das entidades organizadoras: IFDEC – Instituto de Formação em Desenvolvimento Económico Comunitário do Québec e UNADEL – União Nacional dos Actores e das Estruturas de Desenvolvimento Local, de França, apresentou uma candidatura à realização dos segundos Encontros Mundiais em Portugal, no ano de 2001.

O Conselho de Administração da DELOS constellation, Associação Internacional para o Desenvolvimento Local Sustentável, reunido em Torella dei Lombardi – Itália, a 16/17 do passado mês de Dezembro, decidiu confirmar o seu apoio à realização, em Portugal, dos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local e Comunitário, em meio rural e urbano.

embrião se estava formando a partir das organizações presentes aos Primeiros Encontros.

Durante os primeiros meses de 99, os membros da Secção Portuguesa da DELOS reuniram-se em várias ocasiões para esboçar cenários prospectivos do que poderiam ser os II Encontros Mundiais e auscultar do interesse que eles poderiam ter para diferentes órgãos governamentais e entidades privadas relevantes na Sociedade Portuguesa.

Dado o caloroso entusiasmo com que a iniciativa foi recebida, a candidatura foi confirmada em Junho de 99.

Entretanto, os organizadores dos Primeiros Encontros, face à relativa e compreensível lentidão do processo de estruturação da "Plataforma Mundial", pela sua complexidade, concluíram que seria ainda necessário vencer algumas etapas intermédias que permitam potenciar ao máximo os resultados obtidos nos Primeiros Encontros, resultados esses ainda dominados por uma forte componente "francófona," ficando para os II Encontros Mundiais o objectivo de formalizar a existência da estrutura de coordenação da Plataforma Mundial do Desenvolvimento Local e Comunitário.

Neste contexto e face à reafirmada vontade da candidatura Portuguesa, as entidades organizadoras dos Primeiros Encontros comunicaram ao Conselho de Administração da DELOS Constellation a sua disponibilidade para apoiar e participar na organização dos II Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local e Comunitário em Portugal, em Outubro de 2001.

Na sequência dessa comunicação, o Conselho de Administração da DELOS, na reunião em Torella dei Lombardi, Nápoles, a 16 e 17 do passado mês de Dezembro, primeira após a sua eleição na Assembleia Geral de Siracusa a 27 e 28 de Outubro, decidiu, por unanimidade, e após análise das informações prestadas pelos membros portugueses do Conselho, confiar à secção portuguesa da DELOS, sob a coordenação geral do Presidente do Conselho de Administração, a tarefa de criar as condições necessárias para dar início à fase preliminar de constituição das parcerias institucionais, públicas e privadas, necessárias e interessadas em participar nas futuras estruturas responsáveis pela preparação e execução dos II Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local – Portugal 2001.

Com a concordância e estímulo, desde o início, da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, da Comissão Nacional de

Gestão do Programa LEADER II e de um número significativo de Grupos LEADER, inicia-se agora a primeira fase preparatória para a realização dos Encontros.

Durante esta fase, que decorrerá até Junho do presente ano, serão convidadas a participar na organização e nas futuras estruturas responsáveis pela organização dos Encontros, todas as entidades públicas e privadas, e pessoas, sem excepção, que de alguma forma manifestem o seu interesse nessa participação.

Composição da Delegação DELOS – Portugal aos primeiros Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local de Sherbrooke, Québec, Canadá.

Álvaro Moura (Beira Serra),
Camilo Mortágua (CA DELOS),
Joaquim Marreiros (Vicentina),
David Machado (Rota do Guadiana),
Regina Lopes (Adices),
Samuel Thirion (Inde),
Montalvão Machado e
Chaves Medeiros (Adrat).

Convidados:

Nuno Jordão (Ministério Agricultura,
DGDR, Comissão Nacional LEADER),
Ana Paula Castela (Inst. Politécnico
de Castelo Branco), Maria Inês Rodrigues
(I. S. S. Social)

Esta candidatura mereceu também o apoio e estímulo do Presidente da Comissão Nacional de Gestão do Programa Leader II, Eng. Nuno Jordão igualmente participante nos referidos Encontros.

Ao mesmo tempo, apareceram outras candidaturas. A todas tendo sido pedida uma confirmação posterior a submeter a um comité coordenador da "Plataforma Mundial" cujo



Fotos: João Rangel | Isto é

de desenvolvimento local

2. O papel da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II na dinamização dos II Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local.

Sobre esta questão, passamos a transcrever parte da "nota complementar" inserida na candidatura apresentada pela INDE ao concurso para "a constituição, implementação e operacionalização da Célula de animação da rede portuguesa LEADER II."

...Esta proposta, que será formalizada de maneira mais concreta nos próximos meses aparece como uma ocasião de fazer conhecer a nível mundial as experiências Portuguesas de Desenvolvimento Local e dar-lhes uma grande visibilidade, nomeadamente a todo o trabalho desenvolvido no quadro do Programa LEADER.

Este Encontro Mundial realizar-se-á no fim do LEADER II, no início do lançamento da nova iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural e após dois anos e meio de funcionamento da Célula. Na sequência destes factos de última hora (anúncio da candidatura portuguesa em finais de Outubro de 98) decidimos integrar já na nossa proposta alguns meios humanos necessários à sua preparação e lançamento. Para além disso a intervenção da Célula será conduzida no sentido de preparar os grupos LEADER para a sua participação activa neste evento, organizando as visitas de terreno de tal forma que as delegações vindas de todo o Mundo tenham a possibilidade de conhecer de perto a experiência do LEADER e a sua aplicação particularmente exemplar em Portugal. O primeiro Encontro Nacional do ano 2001, previsto no cronograma da Célula, será assim organizado em articulação com este evento...

A INDE e a Célula de Animação, de acordo com o contrato assinado com a DGDRural, na sequência da aprovação da sua candidatura, tem também por missão contribuir para o lançamento e preparação do evento e sobretudo dinamizar a constituição das mais amplas parcerias possíveis, a nível Nacional e Internacional, facilitando assim o trabalho da entidade jurídica autónoma a criar no fim da primeira fase (Junho de 2000).

Este trabalho está de certa maneira facilitado, dadas as circunstâncias de dois dos membros responsáveis pela Célula serem igualmente membros dos órgãos directivos da DELOS - Internacional, e vários grupos LEADER e personalidades portuguesas ligadas ao Desenvolvimento Local integrarem a Secção Portuguesa da DELOS.



3. Antevisão Prospectiva dos encontros

De 1200 a 1500 participantes de mais de 100 países.

20 a 30 cidades e vilas de Portugal e das zonas fronteiriças de Espanha, como entidades de acolhimento "capitais mundiais de desenvolvimento local" envolvendo mais de 100 Associações locais.

Duração prevista: 8 a 10 dias.

Data ainda não definitiva: Outubro de 2001.

Cidades prováveis para a realização da sessão plenária dos Encontros: Lisboa ou Porto

Para a primeira fase de preparação, estão previstas, entre outras, as seguintes actividades:

- Conceber e realizar a "imagem matriz" de suporte à divulgação e promoção dos Encontros.
- Criar e gerir na Internet o sitio relativo aos Encontros.
- Promover parcerias.
- Criar as bases de dados dos contactos nacionais e internacionais a estabelecer
- Preparar as previsões orçamentais e as propostas organizativas a submeter a um

"Conselho Geral de Parceiros" em Junho de 2000.

- Estabelecer contactos preliminares e cautelares em relação com a reserva de todos os meios necessários à logística do evento.
- Organizar a Reunião Plenária de Parceiros "Conselho Geral de Parceiros" nacionais e internacionais em Junho de 2000

O objectivo é ambicioso, mas grande é e será a motivação de todos quantos, empenhados no Desenvolvimento Local e na demonstração ao Mundo da evolução da Sociedade Portuguesa, contribuirão, uma vez mais, para o prestígio internacional de Portugal.

ADRIL

Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima



Foto: Paula Santos

Quando se está a ganhar não se mexe na equipa. Esta expressão se bem que seja utilizada sobretudo na linguagem desportiva define a estratégia da Adril.

Os três homens do GAL apostaram nas potencialidades da região, através da implementação de um ambicioso projecto turístico, onde a palavra-chave é o património, e dão por ganha a aposta.

Quando a Adril foi criada, em 1991, o turismo já era uma actividade em desenvolvimento. A existência de unidades de turismo em espaço rural (a maior bolsa de oferta do país) levou a Adril a direccionar a sua estratégia para a criação de alojamento nas zonas periféricas e, como suplemento da oferta turística, a valorização dos produtos locais, criando uma marca regional.

As preocupações que estiveram na base da concepção do primeiro PAL voltaram à mesa quando a Associação decidiu apresentar uma candidatura ao LEADER II, e estão sempre presentes. "Às vezes paramos para pensar. Perguntamo-nos se estaremos a caminhar para o mesmo lado: se a estratégia do LEADER I e do II se complementam e se isso se reflecte na imagem do Vale do Lima. E pensamos que sim. Os projectos complementam-se e deixam hipóteses abertas; são embrionários. A nossa estratégia foi e é património, património e património. O património é o alfobre do Vale do Lima." Francisco Calheiros define nestes termos a estratégia da Associação a que preside e do GAL que coordena. Uma estratégia que tem procurado desde o primeiro momento envolver as entidades, públicas e privadas, da região; as "forças vivas", como lhe chama. A lista dos associados tem vindo a crescer e, neste momento, são 22 as entidades que fazem parte dos órgãos sociais da Associação, e que são, na sua opinião, a "caixa de ressonância" da Adril.

Ainda em relação à estratégia, Francisco Calheiros acrescenta que procuram unir os vários projectos através de um denominador comum para que haja uma forte coerência em termos de programa LEADER, e que contribuam para a criação da imagem da região ("label"). Não criam falsas expectativas nos promotores que não têm capacidade de investimento e são muito rigorosos na apreciação das pré-candidaturas, só fazendo avançar os projectos que reúnem condições de "passar" na reunião da direcção. "Temos tido o cuidado de apoiar projectos que, para além de serem interessantes, possam contribuir com uma mais-valia para a região". Gil Abreu Dias, técnico do GAL, acrescenta: "O nosso procedimento é lento, justamente porque discutimos bastante os projectos. Para nós, a taxa de execução não é o mais importante embora, às vezes, nos pressione".

No LEADER II, com o aparecimento da Adriminho, e com a redefinição da zona de intervenção, a Adril perdeu (para a Adriminho) as 12 freguesias limítrofes dos concelhos de Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Monção e Melgaço que tinha no LEADER I, e ganhou 16 do concelho de Viana do Castelo.

O sucesso do LEADER I na área do turismo levou a equipa da Associação a tomar uma postura mais agressiva na segunda fase do programa, propondo acordos de parceria às associações vizinhas. Acordos esses que se vieram a materializar em protocolos de cooperação institucional e na criação de uma imagem de marca da região. A área da cooperação é uma das mais importantes para a Adril, e da qual têm retirado mais frutos.

"Aldeias de Portugal"; é um desses frutos. Nasceu de uma parceria com a Adriminho e a Atahca, e que se alargou, posteriormente, as outras regiões da Europa, através de um protocolo de cooperação transnacional com a Itália e a Holanda, e do qual resultou o projecto global das "Aldeias de Tradição". Dois produtos que deram visibilidade e protagonismo à Associação dentro e fora das linhas de fronteira do país. Um protagonismo que, segundo Francisco Calheiros, nem sempre é positivo. "A Adril tem tido muito impacto por força dos seus investimentos, logo temos sido protagonistas à força".

Os técnicos do GAL até admitem que, "por força de projectos que têm concretizado, como o hipódromo ou o campo de golfe, possam ser vistos como elitistas, mas acham que isso terá a ver muito mais com o imaginário de algumas pessoas do que com a realidade".

Quando os últimos relatórios do LEADER forem entregues à Comissão Nacional de Gestão LEADER, muito provavelmente a Adril fechará as portas. "A Adril foi criada para gerir o programa LEADER no Vale do Lima. E durante este tempo todo tem-se dedicado a isso. Temos vindo a desenvolver outras actividades que não constituem fonte de receita para a Associação. A quota dos associados é simbólica. Sem o LEADER esta equipa não tem meios para se aguentar".

As instalações da Adril, cedidas pela Câmara Municipal, ficam numa das mais emblemáticas praças de Ponte de Lima – a Praça da República, e oferecem uma vista magnífica sobre a vila.

P.S.

Ficha técnica

Nome: ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima | **Morada:** Praça da República - Ponte de Lima | **Telefone:** 258 741417 | **Fax:** 258 741418 | **E.mail:** adril@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção e Coordenador do GAL: Francisco Silva de Calheiros e Menezes | **GAL:** João Gomes de Abreu Lima; Augusto Gil Machado de Abreu Dias | **Concelhos:** Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo | **Área:** 1.064 km² | **População:** 97.149 habitantes

ADRIMINHO

Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho



Foto: Paula Santos

Terra de fronteira entre as duas partes da antiga Galécia que as vicissitudes políticas vieram separar, o Vale do Minho é o território onde a Adriminho desenvolve o seu Plano de Acção Local.

Um território onde, traço grosso, a paisagem não foge às características dominantes na região: nos montes e outeiros, o castanheiro e o carvalho; nos vales e encostas mais suaves, delimitados pelas ramadas, os campos de milho.

A dureza do clima e as necessidades da gestão agro-pecuária criaram aglomerações duplas, habitadas alternadamente de Inverno (as inverneiras) e no Verão (as brandas).

A Branda da Aveleira, é uma aldeia remota do concelho de Melgaço, e é também um dos projectos desenvolvidos pela Adriminho. A acção teve por objectivo a recuperação de um conjunto de 11 casas no núcleo da aldeia da Branda da Aveleira para fins turísticos – turismo de aldeia. Henrique Tavares, técnico do GAL, considera este projecto um exemplo vivo de uma experiência bem sucedida e encorajante do programa LEADER no Vale do Minho.

A Branda da Aveleira é ainda uma das "Aldeias de Portugal". Um projecto conjunto das associações Adriminho, Adril e Atahca.

No concelho de Vila Nova de Cerveira, a Adriminho procurou desenvolver o potencial das artes plásticas como factor de atracção turística apoiando a realização de um conhecido evento, a Bienal d'Artes de Vila Nova de Cerveira.

Estes são apenas dois exemplos de acções do projecto de desenvolvimento da Adriminho. Criada em 1994 para gerir o LEADER II, a Adriminho orientou o PAL em torno das potencialidades do Vale do Minho: agricultura, turismo e ambiente. Uma opção que teve por suporte um longo trabalho de campo.

Da formação inicial do GAL fizeram parte três técnicos, dois dos quais continuam até hoje: Ana Paula Xavier com as funções de coordenadora e Américo Reis, animador local. Dois anos depois entrou Henrique Tavares, o homem responsável pela gestão financeira do programa LEADER e de toda a actividade económica e financeira da Associação.

Acerca das competências desta equipa, Henrique Tavares concretiza: "Ao GAL compete apenas analisar de acordo com o PAL; enquadrar; quem decide é a direcção". A realização de reuniões, uma por mês, pelo menos, garantem a discussão dos projectos.

A estratégia da Adriminho define-se em duas palavras: intervir para desenvolver. Neste sentido, tem procurado diversificar a sua actividade através de candidaturas a outros programas comunitários.

Com o NOW, a Associação constituiu um "Núcleo de Apoio à Mulher Rural", e com o projecto "Novas Competências para o Turismo" (ADAPT) procurou melhorar a qualidade dos serviços turísticos prestados no Vale do Minho através de acções de formação nas áreas do turismo rural, artesanato, floricultura e outras.

No capítulo das parcerias, e para além das institucionais com o vasto grupo de associados que integram a Associação e das locais, a Adriminho tem um Plano de Acção de Cooperação Transfronteiriça com um grupo LEADER da Galiza (Paradanta).

Com o fim do LEADER II à porta, a questão da perenidade da equipa começa a preocupar algumas associações. Não é o caso da Adriminho que acredita que mesmo sem o LEADER têm condições para continuarem a gerir programas de desenvolvimento rural. Para Henrique Tavares, o que faz falta é uma política nacional de desenvolvimento rural. Por outro lado, "as mais-valias criadas com o LEADER não devem ser desprezadas". Com o LEADER "aprendemos a conhecer as pessoas e a região".

P.S.

Ficha técnica

Nome: ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho | **Morada:** Edifício do GAT do Vale do Minho – Av. Miguel Dantas, nº 69 – 4930 Valença | **Telefone:** 251 825811/2 | **Fax:** 251 825620 | **E.mail:** adriminho@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: Associação de Municípios do Vale do Minho | **GAL:** Ana Paula Vaz Almendra Xavier (Coordenadora); José Henrique Tavares; Américo Temporão Reis; Daniel Leite | **Concelhos:** Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Valença, Monção e Melgaço | **Área:** 951 km² | **População:** 83.426 habitantes

ATAHCA

Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave



Foto: Carlos da Silva | Atahca



A Atahca foi fundada em 1991 por um conjunto de entidades locais, entre as quais, as Câmaras Municipais de Vila Verde e Terras de Bouro. Um processo a partir do qual se sucedeu a candidatura ao programa LEADER I. A zona de intervenção, composta pelos concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, e Vila Verde, num total de 128 freguesias, é uma região marcadamente agrícola onde, fruto das características naturais (patrimoniais e paisagísticas), o turismo tem vindo a ganhar peso. Um cenário que em muito contribuiu para a definição da estratégia da Associação.

No LEADER I, a Atahca, consciente das potencialidades do turismo rural, e da importância deste como complemento da actividade agrícola, de baixo rendimento, e no combate à desertificação, lançou no terreno uma acção denominada "Criação de quartos para alojamento turístico".

O lugar de Pequena/Gondomar, localizado na freguesia de Aboim da Nóbrega, concelho de Vila Verde, e a aldeia de Agra, concelho de Vieira do Minho (LEADER I Atahca; LEADER II Sol-do-Ave) foram dois locais seleccionados para a implementação daquela acção. Para além da recuperação arquitectónica, o LEADER apoiou a realização de acções de formação para os beneficiários do projecto com vista uma oferta de turismo de qualidade. Ainda no âmbito desta acção, a Atahca participou na criação da TURIALD. Trata-se de uma central de reservas, funciona na sede da Associação e é responsável pela gestão das unidades turísticas criadas, fornecendo todas as informações necessárias sobre as casas de turismo de aldeia, assim como a marcação de reservas nestas casas.

A passagem do LEADER I para o II foi, segundo o coordenador do GAL, José Mota Alves, um período difícil. O atraso verificado na aprovação do PAL obrigou a um esforço suplementar dos técnicos do GAL no sentido de "segurarem" as candidaturas na Associação.

Como estratégia de actuação para a segunda fase do LEADER, a Atahca apostou na continuidade. Por outras palavras, no turismo em meio rural, artesanato, produtos locais, ambiente e formação profissional.

Na área do turismo, e na sequência das acções desenvolvidas no LEADER I, surgem as "Aldeias da Saudade", que entram no projecto das "Aldeias de Portugal", e, na área dos produtos locais (agrícolas), a criação de empresas de comercialização.

Ao mesmo tempo, a Atahca tem à sua responsabilidade um Centro Rural - Centro Rural das Encostas de Mixões da Serra. Abrange seis freguesias dos concelhos de Vila Verde e Terras de Bouro, com características únicas.

Com o objectivo de difundir os valores naturais e culturais da região que cada uma tem no mapa LEADER, as associações Atahca, Adrama (Madeira) e as espanholas Sierra de la Nieves, Oriente de Astúrias e Isla de La Palma assinaram um projecto de cooperação transnacional designado Club BIO@RED.

Para o coordenador do GAL da Atahca, a cooperação transnacional representa um instrumento complementar para resolver problemas sócio-económicos ou para valorizar outros aspectos do território de cada associação. "Os intercâmbios de conhecimento e o saber-fazer põem em comum recursos em busca de elementos necessários para ter acesso a um novo mercado, podendo, assim, contribuir em grande medida para dinamizar a economia de cada território implicado neste processo".

A equipa do GAL, ao longo do tempo, tem vindo a sofrer alterações na sua constituição. Actualmente fazem parte deste grupo quatro técnicos a tempo inteiro com sectores específicos de actuação para todo o território. No que diz respeito ao GAL, por força do trabalho que desenvolvem junto da população, os técnicos, por vezes, são até mais conhecidos que a própria Associação. Um aspecto que em nada os incomoda. Significa, na opinião de um deles, que estão a fazer um bom trabalho.

Um trabalho que, na ausência do LEADER +, ou qualquer outro programa comunitário, poderá acabar. Uma questão que já começa a preocupar alguns dos técnicos.

Para além de permitir um vasto conjunto de acções e projectos em benefício das áreas rurais, o programa LEADER, traz aos técnicos um significado tão ou mais importante. Um acervo de conhecimentos e ensinamentos que ficarão para sempre.

Para o técnico José Antunes, 31 anos e licenciado em gestão e planeamento turístico, "no LEADER não se trabalha para o lucro; não há metas a atingir; há etapas a cumprir". Já Fernando Jorge valoriza o lado humano, o contacto com a população. "Dá-me prazer contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas".

Da mesma opinião partilha José Mota Alves, para quem o contacto humano é o que mais o estimula no programa LEADER. "Conviver com os problemas das pessoas é das coisas mais enriquecedoras. Agrade-me saber que com o LEADER, conseguimos mais do que muitos com mais dinheiro". Só lhe desagradava o facto de o espírito de família que existia no LEADER I se tenha perdido no II. "No LEADER I éramos uma família. No II não. Cada um puxa para o seu lado. A que se deve esta mudança?". Uma pergunta que fica no ar, para que cada um procure a resposta.

P.S.

Ficha técnica

Nome: ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave
Morada: Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, nº 356/380 - 4730 Vila Verde | **Telefone:** 253 323966 | **Fax:** 253 323966 | **E-mail:** altocavado@mail.telepac.pt | **Site:** www.atahca.pt

Presidente da Direcção e Coordenador: José Mota Alves | **GAL:** Paulo Jorge Cristina Pereira, José Domingos Vieira Antunes, Fernando Jorge Cunha Moreira Dias e Luciano Joaquim Oliveira Barros
Concelhos: Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, e Vila Verde | **Área:** 705 km² | **População:** 92.500 habitantes

SOL-DO-AVE

Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave



Foto: Paula Santos



A história da Sol-do-Ave tem vindo a ser feita, quase exclusivamente, e desde o primeiro momento, no feminino. Começou por ser uma ILE (Iniciativa Local de Emprego) criada por cinco jovens recém-licenciadas. E hoje, é uma equipa de 30 pessoas, mulheres na maioria, cuja principal tarefa passa pela melhoria das condições de vida das populações do Vale do Ave.

Mesmo nos concelhos mais industrializados, como Famalicão, Santo Tirso, e Guimarães, existem importantes núcleos rurais, e a actividade agrícola continua a ter um papel importante na economia doméstica das famílias. A pluriactividade é uma realidade na totalidade da zona de intervenção: factor de fixação das populações é também garantia de subsistência nas alturas de crise.

A inexistência de uma entidade com vocação e corpo técnico para actuar ao nível da promoção de emprego, formação profissional e desenvolvimento, onde havia, claramente, uma grande lacuna, levou um grupo de pessoas com sensibilidade para estas questões, entre as quais se encontravam as cinco jovens da ILE, a constituir uma associação com o objectivo de desenvolver projectos nestas áreas.

Em Julho de 1993, com um empurrão da AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave), e de um conjunto alargado de pessoas, nasce a Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave.

Com a equipa a crescer de dia para dia, as primeiras instalações ficaram pequenas obrigando a outras maiores. Altura em que a Associação passa a estar estruturada em três áreas específicas de actuação: acção social, cultural e formação profissional; cooperação e relações internacionais, e desenvolvimento rural. Na acção social, a Sol-do-Ave colocou o INTEGRAR (Medidas 1, 2 e 4); na formação os programas RAFAELO, ADAPT e Formação PME, e no desenvolvimento rural o LEADER e a formação agrícola.

O LEADER veio permitir uma actuação muito mais abrangente e eficaz, principalmente quando articulado com outros programas. "Na Sol-do-Ave, um programa nunca é pensado isoladamente. Tentamos ver, em conjunto, e a partir do trabalho no terreno, quais são as necessidades que existem. Há uma partilha de informação no sentido de vir a colmatar essas necessidades". Coordenadora do GAL desde Janeiro de 1998, Mafalda Cabral admite, no entanto, que no início não foi fácil. "Quando o LEADER chegou à Sol-do-Ave (há ano e meio) já havia um conjunto de projectos no terreno e não houve essa articulação efectiva".

Na estratégia da Sol-do-Ave "a maior fatia do LEADER, quer em número de projectos quer em montantes, vai para os privados". Os concelhos de Vieira do Minho e Fafe, onde a agricultura é a actividade principal, são os mais carenciados, e os que requerem mais acompanhamento. Mafalda Cabral justifica assim a abertura de uma delegação em Vieira do Minho, onde estão permanentemente duas técnicas do GAL. Nos outros concelhos existem dias e locais previamente estabelecidos para receber os promotores. É uma forma de ir ao encontro das necessidades dos promotores e ficar a conhecer melhor a zona de intervenção da Associação. Ficando a sede da Associação fora da zona de intervenção LEADER (no centro de Guimarães) este foi também a forma encontrada para facilitar o acesso dos promotores à Associação.

Estabelecer relações de proximidade com o promotor é o primeiro, e talvez o mais importante, passo da metodologia utilizada pelo GAL. Uma metodologia que a coordenadora do GAL afirma ser igual, tanto para privados como para públicos, e que a Direcção nunca pôs em causa. A ligação entre o GAL e a Direcção é feita por uma das cinco mulheres que criaram a Sol-do-Ave, e que assume o cargo de administradora da Associação.

Fora do LEADER, a Sol-do-Ave é parceira técnica da Câmara de Guimarães num projecto de reabilitação urbana e, com o apoio desta criou um Clube de Apoio ao Emprego e Formação Profissional.

A nível transnacional, o projecto WITRANET é uma rede de cooperação para a preservação e valorização cultural da tradição vitícola europeia.

Há pouco tempo no terreno, Mafalda Cabral, considera prematuro avaliar o trabalho do GAL, não se cobrindo, porém de dizer que as experiências têm sido todas positivas na medida em que trazem sempre qualquer de novo. Mesmo quando não conseguem concretizar uma acção prevista, como já aconteceu, há ensinamentos a recolher para situações futuras.

Para a Mafalda Cabral, que chegou à Associação na condição de estagiária, a experiência do LEADER tem sido muito gratificante. "É bom saber que contribuímos para a realização de uma obra. O protagonismo não é nosso mas há sempre um bocadinho de nós que fica. De certa forma os projectos também são nossos". A forte ligação que existe, na opinião da Mafalda Cabral, entre o GAL e os promotores é uma das razões do sucesso do LEADER. Uma proximidade que, na sua opinião, não existe noutros programas.

Quanto ao futuro, e depois de 2001, já que até lá, a existência do GAL está prevista, Mafalda Cabral não mostra grandes preocupações. "A Sol-do-Ave é uma equipa de 30 pessoas; as cinco técnicas que constituem o GAL são técnicas, antes de mais, da Associação".

P.S.

Ficha técnica

Nome: SOL-DO-AVE - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave | **Morada:** Travessa da Caldeiroa - S. Sebastião - 4810-434 Guimarães | **Telefone:** 253 512333 | **Fax:** 253 512419 E-mail: leadersol@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: José Manuel Martins Ribeiro (Presidente da AMAVE e da Câmara Municipal de Fafe) | **GAL:** Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral (Coordenadora); Teresa Manuel Dias de Castro Silva Melo; Lúcia Helena Fraga da Silva; Alvarina de Jesus Pereira Rodrigues; Elizabete Pereira Reis Concelhos: Fafe, Guimarães, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso | **Área:** 630 km² | **População:** 90.868 habitantes



Foto: Adiber

Desenvolvimento Rural: estratégias para o Novo Milénio

A ADIBER – Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra, organizou no dia 3 de Dezembro de 1999 um Seminário cujo objectivo foi o de debater o futuro das Regiões de Montanha, como é o caso da Beira Serra, face aos incentivos que irão ser concedidos no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio que entrará brevemente em vigor.

Para animar este debate, que pretendeu juntar os Parceiros Locais e os Organismos Públicos, a ADIBER convidou várias individualidades, entre elas, o Deputado ao Parlamento Europeu, Eng.º António Campos e o Director Geral do Desenvolvimento Rural, Eng.º Miguel Freitas, estando também presentes várias Instituições Regionais e Nacionais, tais como, a Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral (Eng.º Rui Silva), a Direcção Regional da Economia do Centro (Eng.º Mário Silva), a Comissão de Coordenação da Região Centro (Dra. Lina Coelho) e a Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER (Eng.º Nuno Jordão).

Das conclusões deste Encontro podemos extrair que o Mundo Rural encerra em si potencialidades e recursos, que pela sua especificidade e diversidade constitui hoje um potencial para a fixação das populações, para o influxo de novos habitantes, sendo capaz de se constituir como espaço de reencontro do homem pós-moderno com a ruralidade ancestral adaptada à sociedade de informação. A saturação das grandes cidades, o aumento do índice de criminalidade, as questões ambientais, são motivos que podem conduzir à Revitalização do Mundo Rural no sentido de fomentarem a fixação e influxo de população.

As grandes oportunidades para o Mundo Rural neste novo Milénio, são de facto, um momento histórico, que poderão constituir-se como factor de inversão dos indicadores negativos que vulgarmente caracterizam estas Regiões.

Por isso mesmo assiste-se ao emergir de novas políticas de intervenção e de novos instrumentos destinados ao desenvolvimento do Mundo Rural para o período 2000 – 2006, que já não assentam na mera exploração da actividade agrícola, mas sim no seu carácter multidimensional.

A descentralização vai ser o conceito de excelência, seguido do conceito de território, na sua dimensão de espaço, assente numa Gestão Regional, complementado pelo princípio da coordenação e do princípio da participação das populações.

A evolução da Política Agrícola Comum é de facto um indicador que testemunha o valor atribuído ao Mundo Rural, que já não se compadece com o mero desenvolvimento agrícola, mas sobretudo com a qualificação das pessoas na tentativa de aproximar os níveis de conhecimento dos da Europa, com a promoção do desenvolvimento sustentado e coesão Nacional, com a modernização e com a diversificação das actividades.

Contudo, não bastará o surgimento de novos instrumentos, de novos incentivos, se não se fomentar uma verdadeira Cultura de Parceria, de Cooperação, assentes em projectos integrados e ao mesmo tempo inverter-se as lógicas de dar menos a quem menos tem. Uma melhor gestão e distribuição dos recursos, conduz inequivocamente à redução das assimetrias e à igualdade de oportunidades.

Há de facto um olhar diferente para o Mundo Rural. Novas exigências se impõem. Mas também novas medidas emergem: a criação dos Gabinetes Técnicos Florestais, as Agências para o Rejuvenescimento Agrícola, a criação de capitais de Risco e outros vão certamente contribuir para que o Mundo Rural deixe de ser visto como um espaço de decadência inevitável e condenado ao fracasso – é preciso reinventar soluções. Se o sector agrícola tende a perder emprego, é preciso então estimular a vertente não agrícola do emprego.

O acesso às novas tecnologias de informação, a promoção da igualdade de oportunidades, a necessidade de líderes nas comunidades, entendidos como motores das capacidades locais, são factores determinantes para que aqueles objectivos sejam alcançados.

Neste aspecto assume capital importância o papel da Escola, como transmissor de conhecimentos, de valores, tradições e manutenção das identidades locais.

Superadas que estão as dificuldades do Mercado Único, colocados que estão no Pelotão da frente em termos de moeda única, ultrapassados que foram os obstáculos pelo nosso empresariado, deveremos ter como prioridade a necessidade de políticas de distribuição da riqueza de forma a reduzir as assimetrias existentes.

Das estratégias aqui apontadas para o Desenvolvimento do Mundo Rural no Novo Milénio, verificamos que se rasgam novos horizontes, e existirão condições para vencermos todos os desafios, desde a Agricultura à Economia, do Emprego às Acessibilidades, do Turismo ao Comércio.

Como nos dizia Miguel Torga não queremos transformar os fragões de xisto da Beira Serra em verdadeiras searas de trigo, mas fica-nos a certeza de que se apostarmos no potencial humano, nos sistemas de qualidade, na investigação e inovação, no aproximar cada vez mais dos nossos parceiros europeus e se podermos beneficiar de programas flexíveis (é disso exemplo o LEADER), de um planeamento adequado ao perfil da região, estamos seguramente no caminho certo, quebrando a dicotomia entre o Rural e o Urbano, entre o Interior e o Litoral.

Miguel Ventura / ADIBER



Foto: Francisco Botelho

Visita do Secretário de Estado à ADAE



Foto: Francisco Botelho

Trata-se de um Museu Rural que apresenta uma exposição permanente de artigos etnográficos recolhidos ao longo de mais de trinta anos pelo Rancho Folclórico e que introduzem os visitantes aos usos e costumes da região.

O almoço foi servido em Porto de Mós, num projecto intitulado de Circuito do Pão. Trata-se de um velho moinho de vento, completamente recuperado e ainda em laboração, desempenhando simultaneamente a função produtiva e a museográfica, possibilitando a qualquer visitante o conhecimento de uma técnica ancestral de produção de farinha. Junto ao Moinho, numa edificação recente, uma pequena estufa permite apresentar todo o processo de germinação das plantas, enquanto num espaço muito bem trabalhado arquitectonicamente se desenvolveu um pequeno Bar, que inclui um imponente forno que permite a própria cozedura do pão. Projecto levado a cabo pela Confraria de S. Miguel, possibilita uma leitura completa de todo o Circuito do fabrico do pão, é uma estrutura de animação turística perfeitamente enquadrada na estratégia da afirmação da identidade local e tem, também, uma componente económica que lhe permite a sustentabilidade – o agradável bar explorado pelos promotores. Um local extremamente agradável que não deixará de ter sucesso dada a evidente qualidade que presidiu à sua concepção.

À tarde, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural teve oportunidade de inaugurar oficialmente a Escola Oficina de Espite, instalada numa antiga Escola Primária daquela localidade do concelho de Ourém. Fazendo formação na área da transformação dos produtos hortícolas em compotas e conservas, esta Escola Oficina é um exemplo da complementaridade de dois programas – o LEADER II e as Escolas Oficinas do IEFP – numa iniciativa valorizadora da região e dos seus produtos.

A 11 de Dezembro, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural visitou o LEADER da ADAE, tendo oportunidade de acompanhar, no local, alguns dos projectos levados a cabo pela Associação no âmbito do LEADER II.

Depois de uma sessão de boas vindas na Câmara de Leiria, sede da Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, o Eng.º Vitor Barros, acompanhado de dirigentes e técnicos da Associação e alguns convidados entre os quais o Presidente da Comissão Nacional de Gestão, Eng.º Nuno Jordão, dirigiu-se ao Moinho da Sismaria, na freguesia de Monte Redondo. Trata-se de um moinho de água, que foi transferido das salinas da Junqueira e recuperado e que actualmente funciona como um "cartão de visita" do lugar.

Para além da recuperação patrimonial, este projecto levado a cabo por uma Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, revestiu-se de uma importante componente pedagógica, estando a disponibilizar visitas para as escolas da região que ali aprendem o fabrico da farinha.

Do Moinho da Sismaria, a visita teve sequência no Museu Estremenho, uma iniciativa do Rancho Folclórico Rosas do Lena, da Batalha.



Foto: Ace/Monte

Balanço da Execução da Iniciativa Comunitária Leader II no Alentejo Central



Foto: Ace/Monte

Decorreu no passado dia 16 de Dezembro no Cine-Teatro da Vila de Arraiolos a realização de um balanço da execução da Iniciativa Comunitária Leader II no Alentejo Central.

A iniciativa esteve a cargo do Agrupamento Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE, e contou com a presença do Gestor do Programa Leader, Eng. Nuno Jordão, de Autarcas, e seus representantes, dos dez concelhos abrangidos na zona de intervenção - Arraiolos, Alandroal, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa - além de empresários e outros agentes locais envolvidos na implementação do Leader, entre os quais a Célula de Animação da Rede Portuguesa Leader.

A realização desta sessão de trabalho surge na sequência do que foram os vários

momentos de divulgação e promoção do Programa de Acção Local na Zona de Intervenção; então, com o lançamento da Iniciativa, procurava-se uma implementação local e descentralizada do Programa; agora, afigura-se determinante apresentar alguns dos seus resultados mais significativos, com destaque para os projectos apoiados no âmbito do Leader local. Reforçando esta preocupação, apresentava-se também importante que, num território tão vasto e de iniciativas tão diferentes e dispersas, os agentes conhecessem o que tinha sido feito no concelhos ou nas freguesias vizinhas. Por outro lado, e no que diz respeito à concepção e metodologia da Iniciativa, haveria igualmente que "retornar" os seus efeitos aos actores locais, implicando e mobilizando-os num processo participado e de reflexão.

Na realização do balanço da intervenção afigurava-se também importante divulgar os aspectos de ordem qualitativa, tantas vezes desprezados em análises mais imediatas. Ainda que a necessitar de um estudo mais aprofundado, foram apresentados como impactos de natureza qualitativa aqueles que estão associados à inovação na estratégia de implementação dos projectos e acções apoiadas, nas soluções encontradas para superar obstáculos, bem como a multiplicação dos efeitos demonstrativos e de visibilidade que muitos dos projectos apoiados vem a exercer sobre outras iniciativas.

Se bem que os impactos identificados necessitem de uma abordagem mais aprofundada, parece-nos também oportuno salientar a importância da equipa do GAL na dinâmica e resultados da iniciativa, em particular, em territórios marcados por constrangimentos relacionados com a concretização de projectos e ideias. O mesmo é dizer que os resultados são fortemente influenciados (numa relação causa-efeito) com o tipo e grau de representatividade das parcerias locais, da sua capacidade de mobilização de projectos/ideias e, naturalmente, do tipo de relacionamento e de acompanhamento directo de promotores e dos seus projectos.

Assim, a importância da manutenção do trabalho das parcerias e equipas técnicas locais no território foi uma outra das vertentes da discussão em torno do balanço da iniciativa. Ficaram-se a aguardar reacções e a estruturar a implementação de novas iniciativas.

ACE/MONTE

Sétima reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento

A Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER realizou em Lagos, nos passados dias 6 e 7 de Dezembro a VII Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa.

Com o apoio e o enquadramento logístico da VICENTINA, esta Comissão de Acompanhamento permitiu uma visita a algumas das iniciativas levadas a cabo por aquela Associação, bem como efectuar um ponto de situação sobre a execução do Programa.

A VISITA AO TERRITÓRIO DA VICENTINA

No decurso das duas manhãs de trabalho, a Associação Vicentina teve oportunidade de mostrar a todos os participantes intervenções LEADER e Centros Rurais levadas a cabo no seu território. Conduzidos de uma forma eficiente e sempre simpática pelos dirigentes e técnicos da Associação, foram



Foto: Francisco Botelho

A REUNIÃO

Presidida pelo Eng. Miguel Freitas então ainda no exercício do cargo de Director-Geral do Desenvolvimento Rural, a sessão de abertura que teve lugar no Edifício dos bombeiros Voluntários de Aljezur, contou com intervenções do Director Regional de Agricultura do Algarve, do Presidente da Comissão de Coordenação da região do Algarve, do Presidente da Vicentina e da Dra. Adelina dos Reis, em representação da Comissão Europeia.

O senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural enviou uma mensagem escrita aos participantes da reunião, que foi lida pela sua representante, Dra. Isabel Sarmento.

Depois de um ponto de Informações e da aprovação da acta da Comissão anterior foi feito o ponto da situação da Reprogramação financeira. O LEADER + esteve também na ordem do dia, designadamente o trabalho desenvolvido pelo grupo que, na DGDR está a conduzir o estudo para a implementação da nova IC.

Houve ainda oportunidade de dar informação aos grupos LEADER da aprovação da candidatura portuguesa para a realização dos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local em 2001 e de abordar a forma de operacionalização da sua organização.

O segundo dia de trabalho foi dedicado à apresentação do Relatório de Avaliação intercalar do Programa LEADER, elaborado pela GEOIDEIAS.

visitados cerca de 20 projectos nas mais diversificadas áreas e constatado o elevado envolvimento de promotores e parceiros na estratégia desenvolvida pela Vicentina.

Para lá dos momentos sempre "altos" de prova da cultura gastronómica local, esta Comissão Nacional de Acompanhamento foi marcada pela representação cénica do texto "O Homem que plantava Árvores", uma peça que apela à preocupação ambiental e que dá nota do valor da perseverança na concretização dos objectivos do desenvolvimento. Uma peça que tem percorrido as aldeias da zona de intervenção e levado a mensagem às diversas escolas locais.

À MARGEM, A CONSTITUIÇÃO DA FEDERAÇÃO

Na véspera desta reunião, em Lagos, 36 associações LEADER reuniram-se em Assembleia, para discutirem a constituição da Federação Nacional das Associações de Desenvolvimento Local. Na ocasião foram aprovados os Estatutos e discutido o Regulamento Interno.

Na mesma ocasião e com o mandato de concretizar a formalização da Federação, foi designada uma comissão instaladora constituída pela Dra. Regina Lopes, Coordenadora da ADICES, pelo Professor Mota Alves, Presidente e Coordenador da ATAHCA e por Júlio Marreiros, Presidente da Vicentina.



Foto: Francisco Botelho

<http://www.atahca.pt/mixoesdaserra/default.htm>



Numa área de 61 km² localizada no coração do Minho, junto ao Parque Natural da Peneda do Gerês, entre os concelhos de Terras de Bouro e Vila Verde, englobando belas paisagens de montanha e encosta alta, estendem-se as Encostas de Mixões da Serra. Este site <http://www.atahca.pt/mixoesdaserra/default.htm> criado pela ATAHCA/Centro Rural das Encostas de Mixões da Serra permite conhecer as propostas para a animação da Serra feitas pelo centro. Para os que preferem o desporto de aventura a oferta é mais vasta: percursos pedestres, BTT, paint-ball e passeios de balão de ar quente são as actividades propostas em Encosta de Aventura.

Para visitantes menos radicais, a tranquilidade e beleza das paisagens e dos monumentos e a qualidade da gastronomia característica dos dois concelhos, são argumentos suficientes para contactar o centro e reservar uma das Casas de Turismo de Aldeia, que podem ser "visitadas" clicando em Turismo em Espaço Rural.

<http://www2.tinta.pt/dgdrural/>
<http://www.dgdrural.pt/>



O actual site da DGDRural <http://www.dgdrural.pt/> segue a linha geral do site do MADRP e entre outra, disponibiliza informação sobre as medidas e instrumentos de apoio ao desenvolvimento (maioritariamente referente ao QCA II), às organizações de agricultores, aos produtos protegidos e ao TER. Na home page, convida a visitar a nova página da DGDRural <http://www2.tinta.pt/dgdrural/>, ainda em finalização e por isso alojada na empresa responsável pela sua construção. Embora uma boa parte do novo site ainda esteja "em construção", uma navegação rápida deixa transparecer um site mais agradável e funcional, e que deverá tornar-se mais completo do que o actual. Por exemplo, no que diz respeito ao LEADER, passa a ter uma entrada directa da home page, com vários itens, entre os quais os contactos das instituições envolvidas no programa e um curioso fórum LEADER +, que ainda não está em funcionamento.

<http://www.virtualazores.com/terramar/>



No site <http://www.virtualazores.com/terramar/> a TERRAMAR, uma Associação sem fins lucrativos, que tem como principal missão promover o conceito e a prática do Desenvolvimento Local em todas as ilhas dos Açores, apresenta-se e dá conta das suas actividades. Uma particularidade, os principais projectos apresentados têm um link à sua própria página. Entre os principais referem-se a VirtualAzores (<http://www.virtualazores.com/>) uma montra virtual dos Açores na internet, munido de um motor de busca que retém todas as páginas web relativas aos Açores; Jovens Sec. XXI (<http://www.virtualazores.com/jsecxxi/>), um projecto de formação dos professores primários em meios informáticos e multimédia; MADRE <http://www.virtualazores.com/madre/> - Contributo para o Desenvolvimento Integrado da Ribeira Quente. A associação gere a loja TerraMar, uma actividade permanente de comercialização/formação em que se visa a valorização do Artesanato e Produtos Locais dos Açores.

bibliografia Leader



ERA UMA VEZ... É A TUA VEZ,

Henriqueta Cristina Oliveira, Carlos Duarte, Santa Comba Dão, 1995

Com o apoio do Programa LEADER / ADICES

"Entre a realidade e o sonho: o desenvolvimento. E em matéria de desenvolvimento local é preciso ouvir as crianças. Foi este o princípio que desencadeou o projecto "Imagens do desenvolvimento na Infância" levado a cabo pela ADICES.

"Era uma vez a terra... era uma vez a pedra... era uma vez a gente ... era uma vez o sonho..." Ilustrado com desenhos infantis elaborados no decurso do projecto, estes cadernos ajudam à descoberta dos concelhos da zona de intervenção.

"Era uma vez... é a tua vez" existe em quatro cadernos, um para cada concelho - Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.



SOS ... DE OBSTÁCULO A RECURSO...,

Equipe de Projecto Escolas Isoladas do Nordeste Transmontano, Vinhais, 1998

Com o apoio do Programa LEADER / CorANE

Lançado em 1994, o Projecto das escolas Isoladas pretendia "ajudar as crianças a libertarem-se do seu casulo, adquirindo e espalhando amizade e novos saberes".

Envolvendo em 1997/98 trinta e cinco escolas dos concelhos de Vinhais, Mirandela, Macedo de cavaleiros e Bragança, frequentadas de 2 a 24 alunos, foi altura de dar conta do muito que foi sendo feito, proporcionando uma "descoberta ou redescoberta da nossa terra e das nossas gentes".

Memórias da terra e textos reflexivos sobre a vivência do isolamento, escritos e ilustrados por alunos das escolas envolvidas no projecto.



AS PESQUEIRAS DO RIO MINHO,

Antero Leite, Caminha, 1999

Com o apoio do Programa LEADER / ADRIMINHO

As pesqueiras "são o resultado da transformação pelo homem das massas rochosas existentes nas margens do Minho em pontos de pesca. De arquitectura rural se trata pois os seus construtores eram originários das comunidades camponesas ribeirinhas".

Um belo trabalho monográfico sobre o rio Minho, enquadrado pela COREMA, Associação de Defesa do património de Caminha, desenvolvida ao longo de sete capítulos em que se tratam As Origens, A Posse Senhorial, Os senhorios da pesca na ribeira Minho, o período de 1820-1834, A Remissão e venda dos bens da Fazenda Nacional na Ribeira Miriño, o Minho dos Consortes, Dos anos da sobrepesca ao "presente que envenena o futuro", As pesqueiras na economia e ocupação humana, Inventários e Levantamentos, Artes e Tipos, Usos.

"deixemo-nos de filosofias...
/ falemos de coisas concretas"

Da distinção entre:

Formação Técnico-Profissional e Formação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural.

"A formação, como o estímulo ao Desenvolvimento, quando oferecidos, não podem servir, com aproveitamento, a quem ainda não sentiu essas necessidades".

Esta foi uma das conclusões a que chegaram os participantes na acção de formação realizada nos passados dias 21, 22 e 23 de Dezembro em Gouveia.

Parecendo uma conclusão óbvia, as vivas discussões havidas durante esses três dias revelaram bem a que ponto as opiniões são diferentes, sobretudo quando se parte de diferentes compreensões e sensibilidades sobre o que se deve entender por: "formação".

Distinguir entre os significados práticos dos conceitos de: educação, animação, sensibilização, motivação, formação, dando-lhes cronologicamente a sequência mais adequada a cada intervenção concreta, parece ser uma tarefa para a qual é necessária... alguma formação.

Muitos dos insucessos e dificuldades verificadas na realização de acções genericamente designadas de "formação", sobretudo em meio rural, devem-se ao facto de serem - "ofertas" - aceites sem auto motivação objectivada, prevalecendo razões de sobrevivência económica, cujos efeitos tendem a esgotar-se com o fim de cada acção.

Das intervenções escutadas pode deduzir-se que, pelo menos em meios rurais de fraca densidade populacional, seria necessário que os diferentes programas reguladores e financiadores de "acções de formação" distinguíssem de forma clara, entre: animação - sensibilização - motivação para o auto desenvolvimento próprio e dos seus territórios, e ou, formação / qualificação técnico - profissional, reconhecendo a necessidade das primeiras, para identificar a utilidade das segundas.

Outra das questões consideradas relevantes para a eficácia de intervenções que visem desenvolver um determinado local através da "formação das pessoas ai residentes," é a dos enquadramentos normativos de programas de carácter nacional ou regional. Para este tipo de acções, é condição indispensável a possibilidade de adaptar regras e métodos de intervenção à especificidade cultural, social e económica de cada local.

A formação técnico-profissional em meios rurais só pode ser útil ao desenvolvimento dos territórios dos formandos e aos próprios formandos nos seus territórios se for precedida de um processo de auscultação/motivação das populações em causa.

Esse processo pressupõe igualmente um trabalho de interacção entre as motivações espontâneas e mais ou menos subjectivas das populações e os dados resultantes de uma análise técnica, sócio-económica, às potencialidades e fraquezas de cada espaço objecto da intervenção, e das suas interdependências com outros espaços, sem esquecer que o nível de motivação das pessoas a envolver será sempre o factor dominante!

A prévia auscultação/motivação e análise, não pode ser, ao contrário do que até hoje e de maneira geral se pratica, a mesma coisa que a realização de um "diagnóstico" técnico - estatístico de uma determinada comunidade ou território, num determinado momento, como documento referenciador de uma realidade momentânea, necessário à avaliação posterior dos impactes das acções a desenvolver.

O processo prévio de auscultação e análise, necessariamente participado, é mesmo um processo com evolução e dinâmica próprias de alto valor pedagógico para potenciar a futura participação activa das populações, que deve integrar, a nível orçamental e curricular, os próprios programas de formação.

As acções específicas de formação "técnico-profissional"

devem ser as resultantes desse processo para que sejam adaptadas e eficazes, ao nível das disponibilidades, capacidades e interesses dos "recursos" humanos disponíveis, e em relação às condições materiais e sociais existentes.

Nos médios e grandes espaços urbanos, formam-se ou qualificam-se pessoas para o "mercado de trabalho." Nas pequenas e médias comunidades rurais, ou de características rurais, salvo algumas poucas excepções, o "mercado de trabalho" é praticamente inexistente.

Nestes casos, qualificar ou formar pessoas, sem animar e relacionar previamente as suas motivações e capacidades com as potencialidades e possibilidades do seu espaço/território é, objectivamente, contribuir para o despovoamento dessas comunidades rurais e o agravar das situações sociais nas zonas periféricas das médias e grandes cidades.

Considerar as pessoas apenas como "força de trabalho físico ou intelectual" destinada a abastecer as necessidades do "mercado de trabalho", rompendo em absoluto com a relação fundamental entre o Humano e o seu Território, pode ser uma coisa "necessária" à efémera sobrevivência das economias regionais e sub-regionais dentro da corrida pela competitividade económica global, desregulamentada e anti-democrática, mas não é, certamente, uma atitude que vise a conservação da nossa herdada natureza e a preservação das relações de equilíbrio entre os Humanos e o seu Planeta.

Camilo Mortágua

P.S.- as opiniões aqui expressas, são da minha inteira e pessoal responsabilidade.

Animar a rede

Noutros tempos, muita da Juventude portuguesa foi levada, "cantando e rindo", para onde nunca desejou ir, sem poder dizer... - "não, não vou por aí."

Hoje, é diferente, podemos dizer... por aí não vou!

• Podemos escolher o nosso caminho assumindo a responsabilidade inerente à condição de homens livres

Dirão, mas que diabo terá a ver o nosso trabalho de animadores e dinamizadores do Desenvolvimento Local com o antigo hino da Mocidade Salazarista (Portuguesa)?

— A ligação é óbvia!

A LIBERDADE ou a falta DELA. Sem um mínimo de pessoas (de densidade demográfica) e sem LIBERDADE para cada um poder pensar, agir e criar, não pode haver DESENVOLVIMENTO. Aquele hino foi um exemplo de como, "cantando e rindo" com a canção que nos impunham e o riso inocente de quem não tinha o direito de pensar livremente, éramos levados, levados, sim! pelo som tremendo das turbas submetidas "disciplinadamente" a quem mandava. Era um hino à obediência conseguida através da ignorância, era a expressão antiga duma atitude que ainda subsiste pontualmente nos nossos dias e consiste objectivamente em afirmar que quem executa não tem que pensar mas tão só obedecer!

Aquele hino, foi um exemplo da mistificação do conceito de animar. Animar os e cada um dos cidadãos a reflectir sobre os

Querer, querer, e lá vamos, cantando e rindo,
levados, levados...sim!
pela voz do som tremeeeeeeendo das turbas... clamor sem fim!

Foto: João Rangel | Isto é



seus próprios projectos de vida, transformando-o num exercício de manipulação para "animar as massas" ao som de trombetas e clarins, exercício esse que nunca teve efeitos de longa duração, nem ofereceu resultados quando aplicado singularmente a cada indivíduo.

A obediência por disciplina hierárquica, por medo de perder o emprego, ainda que isso nos obrigue a agir contra a nossa consciência e sensibilidade, é a negação da possibilidade de desenvolvimento da pessoa humana.

Neste princípio (ou fim) de Século e Milénio, tanto festejo e "animação" provocam o desejo de reflectir sobre o sentido outro das coisas, quanto mais não seja para acalantar a esperança, sempre renovada, de que no ano novo seremos melhores,...adoptemos práticas mais democráticas, seremos mais tolerantes, menos submissos a interesses predadores dos direitos dos nossos concidadãos e da democracia, mais responsáveis, mais livres!

Mais livres, alegres e motivados, mais coerentes com as nossas próprias ideias e valores, para que aumente a nossa auto estima e, em consequência, a eficácia do nosso trabalho e o das estruturas associativas onde estamos inseridos.

Bom Ano

C.M.

Face ao fracasso das negociações da OMC em Seattle,

O que se passou em Seattle, nos Estados Unidos, no início do mês de Dezembro de 1999 é de uma importância fundamental para o futuro das relações internacionais, nomeadamente no que diz respeito ao papel e à influência da sociedade civil nas tomadas de decisões a nível planetário. Pela primeira vez,

um movimento mundial de cidadãos, agrupando milhares de organizações da sociedade civil, conseguiu exprimir uma posição comum e marcar limites nas negociações preparadas pelos Governos, levando muitos comentadores a dizer que depois de Seattle as coisas nunca mais serão iguais... Tentamos dar aqui uma visão geral deste evento e das suas implicações, com algumas informações e contactos mais concretos.

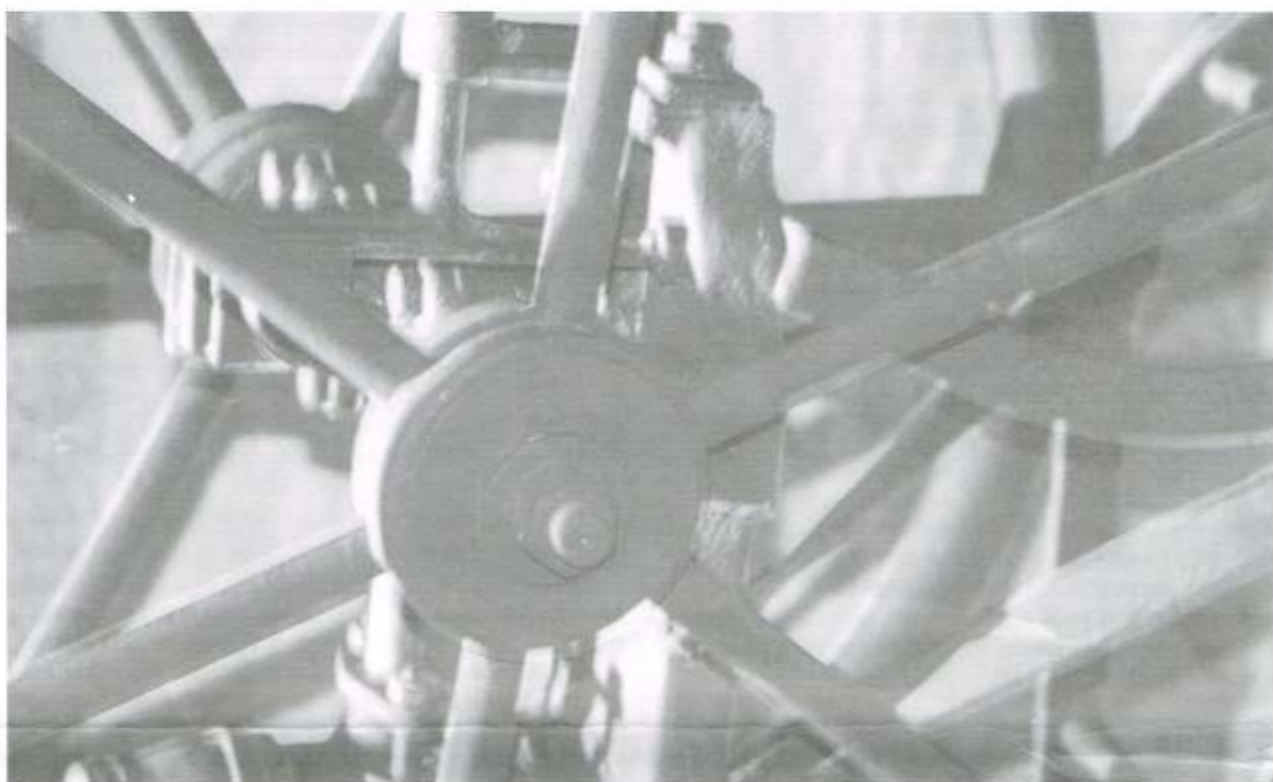


Foto: Paula Santos

O que se passou em Seattle?

Vários factores contribuíram para o fracasso das negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle. Como referimos na rubrica "do local ao global" do número anterior do jornal, estas negociações tinham por objectivo liberalizar o comércio internacional nos domínios da economia e da cultura, na continuidade do trabalho já iniciado em 1994, em Marrakech, e com meios muito mais poderosos do que o antigo GATT. Mas atrás da força da OMC havia também muitas fraquezas na própria conferência ministerial de Seattle: as negociações não estavam suficientemente preparadas, os países não estavam de acordo sobre a ordem de trabalhos, a participação dos países mais pobres não estava plenamente garantida, havia muitas questões técnicas que não estavam esclarecidas e, sobretudo, o nível de divergências entre os países era muito elevado, nomeadamente entre os Estados Unidos, os países Caim, a União Europeia e os países sub-desenvolvidos.

O movimento das organizações da sociedade civil (ONG, sindicatos, associações, etc.) manifestando a sua oposição à OMC, soube aproveitar estas falhas para fomentar o fracasso das negociações. Além das manifestações e conferências paralelas, organizadas por toda a cidade de Seattle e que produziram um impacto mediático muito forte, influenciando indirectamente o decorrer das negociações, as ONG intervieram no seio da própria conferência para influenciar a sua evolução.

Por exemplo, a frustração e a fúria de muitas delegações dos países sub-desenvolvidos, que se sentiam de facto excluídos de grande parte das negociações, nomeadamente daquelas que se passavam nas "salas verdes" (green rooms), encontraram um eco ao nível das ONG. Assim, a Rede das ONG Europeias sobre o Agro-alimentar, o Comércio, o Ambiente e o Desenvolvimento (RONGEAD) e o Centro para uma Lei Internacional do Meio Ambiente (CIEL) apoiaram as delegações dos países do Sul na definição de uma estratégia comum e na redacção de um comunicado global. Também os responsáveis do Fundo Mundial do Ambiente (WWF) e a Rede

do Terceiro Mundo (Third World Network) iam de delegação em delegação para as incentivar ao pedido de cláusulas suspensivas e à não assinatura dos documentos.

Como se organizou o movimento das ONG e como o contactar?

O sucesso do movimento das organizações da sociedade civil em Seattle é o resultado de uma forte mobilização que se criou em todo o mundo nos dois últimos anos e, sobretudo, nos últimos meses.

Nomeadamente, graças à Internet, dezenas de milhares de adversários da OMC juntaram-se para se oporem à negociação da OMC. O principal instrumento federador foi a lista de difusão "Stop WTO round" ("Parar as negociações da OMC"), que permitiu a qualquer pessoa ou organização estar em contacto com o movimento na sua globalidade e, a partir daí, inscreverem-se em listas mais especializadas.

Houve também uma certa divisão de trabalho definida a nível internacional. Damos aqui alguns exemplos com os respectivos contactos na WEB:

- os Amigos da Terra (Friends of the Earth: www.foe.org), baseados em Londres, encarregaram-se de centralizar as assinaturas de mais de 1500 organizações de 89 países, pedindo uma moratória sobre as negociações comerciais e uma avaliação completa do funcionamento da OMC, com uma participação efectiva dos cidadãos.
- O Cidadão Público (Public Citizen: www.citizen.org), ONG dos Estados Unidos, foi um dos principais organizadores da manifestação em Seattle, identificando e reservando os lugares para a realização das diversas reuniões, meetings, etc.

a emergência de uma cidadania mundial



Foto: © Luis Santos

— Também o Fórum Internacional sobre a Globalização (International Forum on Globalization: www.ifg.org), organização que agrupa personalidades das ONG mais activas a nível mundial, organizou um conferência permanente nos dias 26 e 27 de Dezembro, com oradores de todos os continentes, envolvendo cerca de 2500 pessoas.

— A Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (ATTAC: www.attac.org), baseada em Paris, teve também um papel fundamental na mobilização de delegações de vários países.

Antes disto, porém, tinha havido uma série de grandes reuniões preparatórias, começando numa reunião em Paris, em Outubro 1998, onde se lançou a luta internacional contra a OMC, numa reunião em Genebra, em Março 1999, onde foi adoptado um texto fundador da Declaração dos membros da sociedade civil, assim como reuniões de carácter mais regional, tais como a reunião de Kampala no Uganda, em Março 1999, para informar as delegações e ONG africanas e, em Janeiro 1999, nas Filipinas, para analisar os efeitos da mundialização na Ásia.

Este movimento permitiu ligar organizações de domínios muito diferentes, tais como ONG contra o trabalho das crianças, organizações ecologistas, sindicatos, artistas (que participaram activamente na animação local), organizações de agricultores, etc. numa posição comum contra a OMC. O movimento conseguiu romper barreiras já muito antigas (por exemplo nos Estados Unidos, a desconfiança tradicional entre sindicatos e ecologistas rompeu-se em Seattle) e criar ligações novas (como entre as organizações de agricultores dos dois lados do Atlântico).

Quais são as implicações?

Com o fracasso das negociações da OMC em Seattle, é a segunda vez em dois anos que um processo de negociação internacional entre Governos é posto em causa pelos movimentos das ONG e da sociedade civil. A primeira vez foi em

Outubro 1998, quando as negociações sobre o AMI (Acordo Multilateral sobre o Investimento) foram anuladas sob a pressão das organizações da sociedade civil (sindicatos, associações, etc.) e da opinião pública, nomeadamente em França, levando o Governo daquele país a retirar-se das negociações (teremos outras ocasiões, nesta rubrica de PL, de voltar a abordar esta questão fundamental do AMI e as suas consequências para o desenvolvimento local).

Assim, confirma-se cada vez mais que já passou o tempo em que as negociações internacionais podiam ser realizadas apenas entre os Governos. Cada vez mais será necessária a participação activa das organizações da sociedade civil e a participação dos eleitos (parlamentários). Hoje, esta questão está em plena ordem do dia: já se diz que não será possível retomar as negociações da OMC sem esta participação e os próprios responsáveis da OMC estão conscientes disso, embora ainda nada tenha sido decidido neste sentido.

Um outro exemplo desta mudança nas formas de negociação internacional são os novos acordos de Lomé, negociação entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), a decorrer até finais de Janeiro de 2000. Esta negociação assenta em três pontos essenciais: o princípio da integração progressiva, contrapondo-se ao liberalismo no comércio promovido pela OMC; a introdução de um condicionalismo das ajudas em função da boa gestão, com o objectivo de lutar contra a corrupção e, finalmente, a participação das organizações da sociedade civil (ONG, sindicatos, autarquias locais, etc., quer seja da Europa ou dos países ACP), que serão consultadas em todas as fases como actores da parceria. Como o reconhece o próprio Ministro da Cooperação em França, também aqui a lição de Seattle está presente nas cabeças dos negociadores.

Samuel Thirion

Cada vez mais será necessária a participação activa das organizações da sociedade civil e a participação dos eleitos (parlamentários). Hoje, esta questão está em plena ordem do dia: já se diz que não será possível retomar as negociações da OMC sem esta participação e os próprios responsáveis da OMC estão conscientes disso, embora ainda nada tenha sido decidido neste sentido.

Queijo do Rabaçal, uma riqueza natural, numa região pobre



Fotos: Terras de Sicó



O Queijo Rabaçal é um produto da região de Sicó, localizada na zona Centro e que engloba os concelhos de Alvaizere, Ansião e Penela, bem como algumas freguesias de Condelixa-a-Nova, Pombal e Soure. É a Serra de Sicó que alimenta este produto. Toda a região apresenta características de serra, mais ou menos acentuadas, ricas em pastagens espontâneas de flora muito variada, responsável pelo sabor que o queijo apresenta.

O Queijo Rabaçal é produzido com base no leite de ovelha e cabra dos efectivos da região. São utilizadas duas a três partes de leite de ovelha para uma de leite de cabra. É um queijo curado, de pasta semi-dura e dura, com poucos ou nenhuns olhos pequenos irregulares disseminados na massa, branca-mate, obtida por escoamento lento da coalhada (coalho de origem animal). Apresenta uma variação de peso entre as 300 e 500 gramas e sofre uma cura de 20 dias.

Em 1985, um dos concelhos de Sicó deu início às Feiras do Queijo Rabaçal, o que despertou o interesse dos restantes cinco, todos eles com aptidão natural para a produção de queijo. As dificuldades expressas pelos produtores artesanais e que reflectem a realidade vivida na região, fazem com que se juntem esforços e se criem parcerias a nível local no sentido de se dar início a um estudo de caracterização geográfica e climática da região, assim como de tipificação do queijo.

Esta actividade agrícola tem grande expressão cultural e económica na região, sendo muitos os agricultores que vivem da exploração de leite de pequenos ruminantes, fazendo dela a sua principal actividade.

Face a esta realidade, a Associação de Desenvolvimento – Terras de Sicó vê-se envolvida desde o LEADER I no apoio a uma dezena de produtores artesanais, continuando esse apoio ao longo do LEADER II.

O saber-fazer das gentes de Sicó, as características das pastagens, do clima, o maneio dos efectivos ovinos e caprinos, foram os principais factores que levaram as entidades locais a iniciar os trabalhos de preservação e reconhecimento do produto, criando uma Denominação de Origem Protegida (DOP) "Queijo do Rabaçal".

Esta DOP é defendida e protegida por um conjunto de produtores de Queijo do Rabaçal que se associam e criam, em 1994, uma Cooperativa de Produtores, a Coprorabaçal, integrando nela o Agrupamento de Produtores do Queijo Rabaçal. É com o LEADER II que a Terras de Sicó vem apoiar a criação de meios para a instalação de uma unidade de produção, fornecendo condições de trabalho ao Agrupamento.

São quatro as queijarias que aderiram ao Agrupamento de Produtores e conseguiram

integralmente ultrapassar as dificuldades que envolvem o processo de licenciamento. E o grau de exigência é muito grande, quer para os criadores de ovinos e caprinos que vêem os seus animais sujeitos a controle periódico a fim de garantir a imunidade a zoonoses, quer para os produtores de queijo, com condições de produção que, devidamente licenciadas, são o garante de segurança para o consumidor.

A existência destas queijarias licenciadas oferece aos agricultores que produzem leite de pequenos ruminantes um meio de escoarem a sua matéria prima e garante a manutenção da qualidade do Queijo Rabaçal.

Tudo o esforço das gentes de Sicó está agora canalizado para preservar, defender e qualificar um produto como o Queijo do Rabaçal. Que constitui um dos produtos mais significativos do Cabaz das Terras de Sicó, em companhia dos Vinhos da Sub-Região Terras de Sicó, do Mel da Serra da Lousã, dos frutos secos, do artesanato em vime e das cerâmicas pintadas de Conimbriga.

Terras de Sicó

Nota: O texto sobre os Vinhos de Basto, publicado no último número de "Pessoas e Lugares" era da responsabilidade da PRO-BASTO, autoria que indevidamente não foi referida.

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação
da Rede Portuguesa
LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercoperação
e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede
Portuguesa LEADER II
Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq.
1700-304 LISBOA
Tel. 21.8446595 | Fax. 21.8446623
Email. caleader@inde.pt

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção: Paula Santos;

Rosário Aranha

Foto da Capa:

Imagem Isto É

Colaboram neste número:

Miguel Ventura / Adiber; Ace/Monte;
Terras de Sicó

Impressão: Tipografia Silvas, CRL

Rua D. Pedro V, 122 - 1º E
1250-094 LISBOA

Número de exemplares: 3.000

Depósito Legal nº 142 507/99

